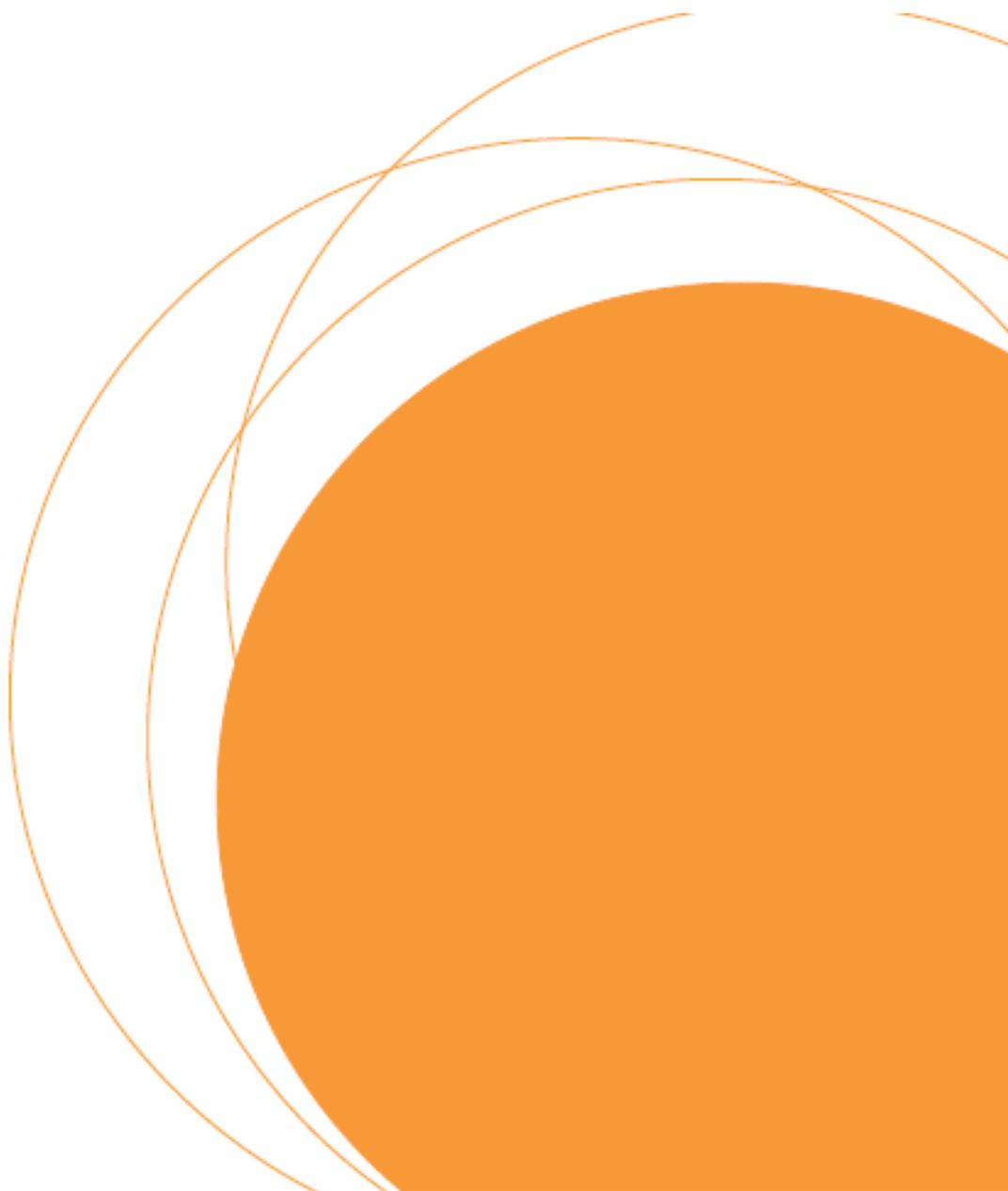


ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2017





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salette Coelho

Colaboração: Jeni Martins

Consultoria Informática: Manuela Coelho

Gabinete de Estudos para a Educação e o Desenvolvimento (GEED)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

A – SUMÁRIO	4
B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO.....	9
C – METODOLOGIA.....	10
D – COBERTURA DAS MEDIDAS.....	17
OBJETIVO 1	17
OBJETIVO 3	26
OBJETIVO 4	30
LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE	41
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO	48
CONTEÚDOS.....	48
PARCERIAS.....	51
PÚBLICOS.....	52
ENTIDADES FINANCIADORAS	57
COBERTURA GEOGRÁFICA	61
CONCLUSÕES.....	65
G – ANEXOS	73
ANEXO 1	74
ANEXO 2	79
ANEXO 3	82
ANEXO 4	84
ANEXO 5	86

LISTA DE SIGLAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos (ONGD)

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (ONGD)

AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARIPese - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CE - Comissão Europeia

CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (ONGD)

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (ONGD)

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPR - Conselho Português para os Refugiados

DGE - Direção-Geral da Educação

EAPN Portugal - Rede Europeia Anti-Pobreza (European Anti Poverty Network)

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

ESE-IPB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

ESE-IPBj - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja

ESE-IPCB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

ESECS-IPL - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

ESE-IPP - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

ESE-IPPg - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

ESE-IPS - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

ESE-IPVC - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

ESE-UA – Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve

FCLx – Fundação Cidade de Lisboa (ONGD)

FEC - Fundação Fé e Cooperação (ONGD)

FGS - Fundação Gonçalo da Silveira (ONGD)

GENE - Global Education Network Europe

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (ONGD)

IP - Instituição Pública

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

Rosto Sol - Rosto Solidário (ONGD)

SOLSEF - Sol sem Fronteiras (ONGD)

SOPRO – Solidariedade e Promoção (ONGD)

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UE - União Europeia

WACT - We Are Changing Together (ONGD)

A – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório de acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) diz respeito ao ano de 2017, uma vez que a Comissão de Acompanhamento da ENED, auscultando outras entidades envolvidas na implementação da mesma, achou por bem manter a elaboração do Relatório de Acompanhamento da ENED como um dos mecanismos estipulados no dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), de acordo com um contrato-programa celebrado entre a citada entidade e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), é uma das intervenientes no processo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, apoiando a Comissão de Acompanhamento.

Com as informações e conclusões plasmadas no relatório pretende-se fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

Não tendo existido um processo de Planificação para 2017, a metodologia de recolha de dados do presente relatório teve por base o envio, a todas as instituições envolvidas no processo de monitorização do Plano de Ação (PA) da ENED, de um questionário *online* para ser preenchido com os dados das atividades realizadas.

No presente relatório foram recebidos 80 questionários com informação relevante sobre atividades/projetos realizados ao longo de 2017, menos 8 do que no ano anterior.

Receberam-se respostas das instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED¹, de doze das catorze instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED² que têm vindo a contribuir para a execução da ENED (foi impossível estabelecer contacto com duas e uma reportou não ter realizado atividades de ED em 2017), de 24 ONGD registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD (sendo que 6 informaram não ter realizado atividades de ED e 18 enviaram os seus dados para tratamento) e de 10 ESE (sendo que uma reportou a inexistência de atividades de ED em 2017 na sua instituição).

¹ O CICL, o Ministério da Educação, através da DGE, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

² APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Instituto Português do Desporto e da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; Comissão Nacional Justiça e Paz e Conselho Nacional da Juventude.

Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que se perdeu o reporte de 2 ONGD, de 2 das entidades subscritoras do PA da ENED e de 2 ESE, havendo, no entanto, 2 novas ESE a participar. A ARIPESE mantém-se, desde 2015, como promotora e executante de atividades.

Foram reportados 31 (39%) projetos de ED (menos 12 do que no ano anterior, representando um decréscimo de 10%), 7 (9%) atividades inseridas noutra tipo de projetos (verifica-se um pequeno decréscimo de 2 inquéritos relativamente ao ano anterior e uma queda percentual de 2%) e 42 atividades avulsas (mais 7 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto. Julgamos que esta alteração acentuada que se sentiu entre “atividades inseridas em projeto de ED” e “atividades não inseridas em projeto” não é devida apenas a uma alteração real dos números absolutos, mas também a uma maior compreensão por parte das pessoas responsáveis pelo preenchimento dos questionários (nomeadamente das ESPA e das ESE) sobre o entendimento do que se denomina “projeto ED” no presente relatório.

Na distribuição das respostas por objetivo, verificou-se a manutenção do objetivo 2 como o objetivo mais coberto, sendo seguido pelo objetivo 1, a exemplo do relatório do ano anterior; o objetivo 3 e o 4 apresentam-se com um número muito próximo de respostas aos questionários.

No objetivo 1, dedicado à capacitação e diálogo institucional, pode verificar-se que se mantiveram as tendências gerais, nomeadamente a presença sustentada de “projetos de ED” das ONGD (mantêm-se 7) e o pouco relevo das ESE. Quanto à cobertura do objetivo, é de salientar: a manutenção da importância atribuída às medidas 1.1 (ligada à formação de agentes de ED), 1.2 (criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED) e 1.7 (atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional); e a necessidade de maior atenção às medidas 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED; à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED; à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações; e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. A medida 1.6 apresenta-se, desde sempre, como a menos coberta deste objetivo.

No objetivo 2, dedicado à educação formal, mantêm-se as tendências gerais relativamente aos projetos de ED, sendo o objetivo que mais projetos apresenta. De salientar que este é o primeiro relatório onde as ESE igualam o contributo das ONGD

na contribuição para o objetivo 2, dado importante para a participação das ESE na implementação da ENED e expectável dado o carácter intrínseco das mesmas instituições. Assiste-se ainda a um aumento dos valores absolutos gerais nas referências. Podem verificar-se, como principais tendências, a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1, relativa à integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente, e 2.5, relativa à promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul. É de salientar o aumento da medida 2.4, formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas, que quase duplicou no ano de 2017 face a 2016, talvez como resultado de uma aposta maior na formação contínua de professores relacionada com a implementação do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*.

No objetivo 3, dedicado à educação não formal, verificou-se a tendência do relatório do ano anterior, ou seja, manteve-se a acentuada diminuição das referências, atingindo-se, este ano, os resultados mais baixos. No geral, é interessante verificar que as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas quase se mantêm: a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, como nos relatórios precedentes; a medida 3.3, formação de agentes de ED, mantém o seu lugar de segunda mais coberta, sendo, agora seguida pela medida 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional, e que sofre um aumento de referências; as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apesar de serem as únicas com um aumento do número de referências, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo, tendo-se trocado de lugar, estando agora com menor representatividade a medida 3.4. É ainda de salientar a diminuição gradual da presença ESPA ENED e das ESE, deixando lugar quase e apenas à contribuição das ONGD (passando estas de reportar 8 projetos para reportar 6).

O objetivo 4 está direccionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Os dados relativos a 2017 permitem-nos registar que se verificou um ligeiro aumento do número de referências às medidas deste objetivo,

contrariando-se, ainda que ligeiramente, a tendência de retração verificada nos relatórios anteriores. No entanto, o número de projetos de ED diminuiu, tendo estes sido apenas reportados por ONGD, reforçando o seu papel preponderante na execução de atividades/projetos neste objetivo.

Quanto à cobertura das medidas, há a salientar: nas medidas dedicadas à sensibilização, a manutenção da grande preponderância da medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, neste momento a medida mais coberta deste objetivo; dentro das medidas de influência política (medidas 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8), a medida 4.5, relativa à promoção de ações de influência política, que é, neste relatório, a segunda medida mais coberta deste quarto objetivo. As medidas 4.6, 4.7 e 4.8, relativas à promoção de ações de influência política, apresentam os valores mais baixos do objetivo 4, necessitando de maior atenção, como já tem sido salientado nos relatórios anteriores.

Foi ainda realizada uma análise da informação recolhida através dos questionários, de acordo com critérios específicos: conteúdos, parcerias, públicos, entidades financiadoras e distribuição geográfica.

Ao nível dos conteúdos analisados, a observação permite-nos identificar os mesmos 3 grupos que no relatório do ano anterior, considerando os mesmos intervalos: temáticas mais trabalhadas, com mais de 45 referências, temáticas mediantemente trabalhadas, entre 20 a 45 referências, e temáticas menos trabalhadas, até 20 referências. Os grupos sofreram ligeiras alterações, mantendo-se os temas do desenvolvimento e da educação como os mais referidos, aos quais se juntaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Conclui-se que existe uma prática generalizada de trabalho em parceria, uma vez que 77% dos projetos são realizados em parceria, na linha do verificado nos relatórios anteriores.

Relativamente aos públicos, verifica-se a predominância dos seguintes:

- Objetivo 1 – Entidades públicas e OSC;
- Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;
- Objetivo 3 – Estudantes e agentes educativos;
- Objetivo 4 – População em geral.

Assinale-se que esta categorização não tem a ver com o número absoluto de públicos destinatários, mas com a frequência de referenciação aos tipos de público antes

identificados. De salientar: no objetivo 1, a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil; no objetivo 2, a aposta forte na formação de docentes (público que se destaca) e a presença significativa de uma abordagem a toda a comunidade escolar; no objetivo 3, a relevância dos “agentes educativos” e dos “estudantes”, sendo, nos três tipos de entidades os públicos mais referidos (o que para as entidades subscritoras do PA da ENED é uma situação nova); no objetivo 4, a “população geral” é o público com mais referências nos três tipos de atores, sendo visível uma maior diversificação dos públicos das ESE.

Relativamente às entidades financiadoras, verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as Autarquias, as Fundações, as Entidades de Ensino, “Outras Entidades Públicas” e “Outros Nacional”. Note-se que as percentagens não concernem ao volume de financiamento, mas à frequência de referenciação das entidades financiadoras.

Quanto à cobertura geográfica, de uma forma geral, verifica-se que a distribuição geográfica das atividades se encontra muito relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância da Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar, no entanto, as referências às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve mostrando já alguma presença de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo. Os valores relativos às Regiões Autónomas mantêm-se com níveis bastante reduzidos. Nos dados recolhidos junto das ESE observa-se uma melhor distribuição dos dados, geograficamente, uma vez que as ESE são uma tipologia de atores melhor distribuída pelo território nacional. Verifica-se, no entanto, uma maior concentração de dados da região Norte. Salienta-se, em geral, o valor significativo das atividades integradas nas categorias “nacional”.

Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2017: um relatório de acompanhamento (2016), um encontro entre todas as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, 10 reuniões da Comissão de Acompanhamento e quatro oficinas de preparação do novo documento enquadrador nas quais participaram diversas entidades convidadas pela mesma Comissão.

B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO

O principal objetivo do presente relatório, no seguimento dos relatórios dos anos anteriores, é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2017.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas a serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar as principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED.

C – METODOLOGIA

Não tendo existido um processo de Planificação para 2017, a metodologia de recolha de dados do presente relatório teve de ser adaptada a esta situação, tendo sido enviado, a todas as instituições envolvidas no processo de monitorização do PA da ENED, um questionário *online* para ser preenchido com as atividades realizadas.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED³ e de doze das catorze instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED⁴ que têm vindo a contribuir para a execução da ENED. O Alto Comissariado para as Migrações e a Comissão Nacional Justiça e Paz informaram não ter desenvolvido no ano anterior atividades ligadas à ENED. A ARIPESE, associação que congrega treze Escolas Superiores de Educação nacionais, voltou a reportar atividades enquanto tal, não delegando apenas a execução das atividades nas ESE, o que se sublinha como um sinal bastante positivo. Não foi possível recolher o contributo de duas das ESPA ENED, o CNJ e o IPDJ.

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores, foram contactadas as organizações registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD, membro da Comissão de Acompanhamento, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área, e as treze Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE⁵.

Manteve-se a opção por não alargar a recolha de dados a outros atores, para manter alguma homogeneidade face a anos anteriores e uma vez que este relatório representa o final de um ciclo face à vigência desta estratégia.

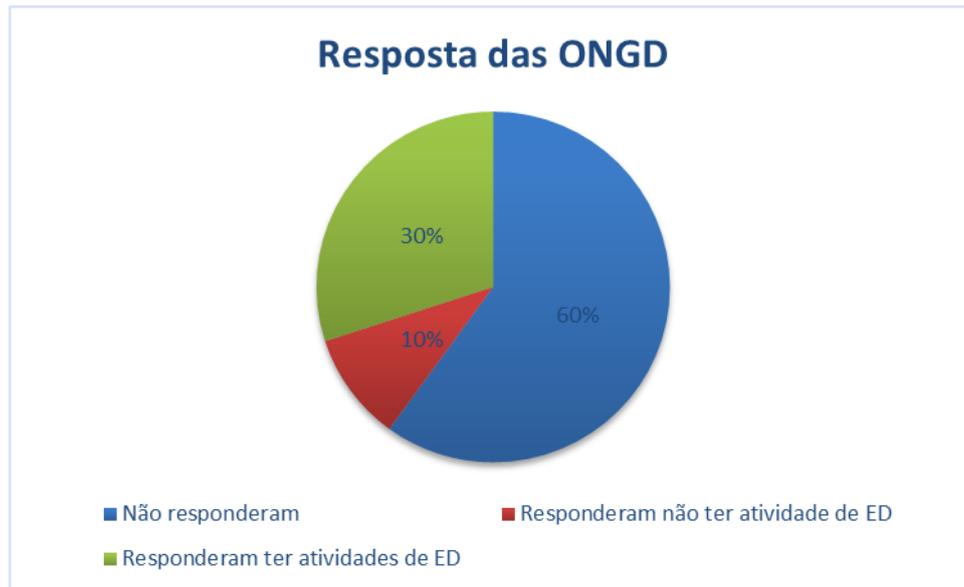
Ficou ainda definido que, a exemplo dos relatórios anteriores, os dados do CICL, enquanto financiador de projetos e atividade de ED, dinamizador da ENED e participante em redes e organizações europeias e internacionais na matéria, seriam apresentados numa secção específica para o mesmo.

³ O CICL, o Ministério da Educação, através da DGE, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

⁴ APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Instituto Português do Desporto e da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; Comissão Nacional Justiça e Paz e Conselho Nacional da Juventude.

⁵ Para lista completa dos participantes no relatório, ver anexo 2.

Foram contactadas 60 ONGD registadas na Plataforma nacional acima referida⁶ (as mesmas registadas no ano anterior), tendo sido possível recolher respostas de 24 organizações (menos 2 do que no ano passado), representando 40% do total⁷. Seis instituições (10%) informaram que não realizaram atividades de ED e dezoito (30%), exatamente o mesmo número do ano anterior, deram uma resposta positiva, enviando os seus dados para tratamento.



No campo das ESE, foram contactadas as treze associadas da ARIPESE, sendo que foi conseguida a resposta de 10 instituições⁸, o mesmo número que no ano anterior, das quais apenas uma para informar da não existência de atividades de ENED na sua escola no ano de 2017. De salientar que as ESE de Beja e do Algarve enviaram, pela primeira vez, o seu contributo para o Relatório de Acompanhamento. Não foi possível estabelecer contacto, durante o período de recolha de dados, com as ESE de Coimbra e de Lisboa que já tinham participado anteriormente.

No total, responderam aos contactos realizados no âmbito do processo de elaboração do relatório 46 entidades (4 entidades da CA, 8 entidades subscritoras do PA da ENED, 24 ONGD e 10 ESE)⁹.

⁶ De registar que se consideraram as ONGD registadas na Plataforma Nacional em 2017 e não na atualidade.

⁷ Para mais informações consultar Anexo 2.

⁸ Algarve, Beja, Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém e de Viana do Castelo. A ESE de Setúbal respondeu ao contacto informado não ter realizado atividades de ED durante o ano de 2017.

⁹ Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 2. O CIDAC reporta como ONGD, embora também pertença à CA ENED, daí o desfazimento dos números totais.

Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que se perdeu o reporte de 2 ONGD e de 2 das entidades subscritoras do PA da ENED. Cremos ser ainda de relembrar que os últimos anos têm sido particulares para a ENED uma vez que se viveu um período de passagem de um documento estratégico em fase final para a elaboração de um novo.

Também se perdeu o reporte de duas ESE, no entanto, importa salientar, a participação de 2 novas escolas que não tinham participação anterior, o que comprova que o setor continua em crescimento neste tipo de atores, embora, em algumas destas situações, a ED esteja ainda em estado embrionário. De realçar que a ARIPESE mantém na sua Planificação um eixo estratégico dedicado à ED.

A exemplo dos relatórios anteriores, mantém-se a certeza de que existem outras instituições que trabalham em ED, mas que não se encontram dentro da tipologia de entidades que definimos para o presente relatório.

Em termos gerais ainda é notório que quando os contactos são demasiado assentes numa pessoa individualizada nas organizações e o processo de institucionalização é mais fraco, o risco de se perder a participação da entidade é maior, uma vez que, saindo a pessoa de contacto, consequentemente também se perde a entidade. No entanto, verifica-se que a institucionalização, em alguns casos, começa a ser mais forte e visível.

No processo de recolha dos dados, realizado através de um questionário *online* elaborado para o efeito, seguiu-se a estrutura dos anos transatos, para se permitir a comparabilidade dos dados:

Secção 1 – Instituição
Pergunta 1 – Nome da instituição
Pergunta 2 – Tipo de instituição
Secção 2 – Atividade
Pergunta 3 – Tipo de atividade (inserida ou não em projeto de ED ou outro)
Pergunta 4 – Nome do projeto/atividade; enumeração das atividades do projeto
Secção 3 – Objetivo, Medidas e Tipologias das Atividades
Pergunta 5 – Objetivo
- Medidas e tipologias
Secção 4 – Conteúdos
Pergunta 6 – Temáticas
Secção 5 – Promotores e parcerias
Pergunta 7 – Entidade Promotora
Pergunta 8 – Entidades Parceiras
Secção 6 – Públicos-alvo
Pergunta 9 – Públicos-alvo
Secção 7 – Custos, financiadores e cronograma
Pergunta 10 – Custo do projeto/atividade
Pergunta 11 – Financiadores
Pergunta 12 – Calendário do projeto/atividade
Secção 8 – Dados geográficos
Pergunta 13 – Âmbito geográfico do projeto/atividade
- Local
Secção 9 – Outras informações
Pergunta 14 – Comentário final

Este ano mantiveram-se algumas dificuldades na recolha dos dados, agravadas pela especificidade do período em que esta foi realizada (fim de ano letivo e período de candidaturas a projetos), tendo sido necessário alargar os prazos por diversas vezes.

O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos, à semelhança dos relatórios anteriores:

- numa primeira fase, fez-se a análise das atividades realizadas e da sua alocação às tipologias, medidas e objetivos, de forma a poder ter-se uma visão global sobre quais estavam a ser atingidas e quais não estavam;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados segundo critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório: distribuição geográfica, grupos-alvo, temáticas, entidades financiadoras e parcerias.

Comparando o presente relatório com os existentes desde 2013, podemos afirmar que se mantêm os principais aspetos, dos quais gostaríamos de salientar:

- a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições, com a qual se obteve o seguinte gráfico, onde observamos que, das instituições que responderam ao

inquérito, 13 são públicas (37%) e 22 são privadas sem fins lucrativos (63%), mantendo-se, em termos gerais, a situação verificada no ano anterior¹⁰;



- a organização dos dados por três tipologias de “entrada” assentou em: reporte de projeto de Educação para o Desenvolvimento, reporte de atividades inseridas noutra tipo de projetos e reporte de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto. Como este já é o quarto ano em que a recolha de dados é feita deste modo, podem realizar-se comparações mais seguras e não apenas por tendências.

Atente-se no gráfico seguinte, que fornece informação relevante sobre a tipologia das atividades recolhidas:

¹⁰ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.



Pela observação do gráfico, pode verificar-se que, num total de 80 questionários preenchidos, foram reportados 31 (39%) projetos de ED (menos 12 do que no ano anterior, representando um decréscimo de 10%), 7 (9%) atividades inseridas nouro tipo de projetos (verifica-se um pequeno decréscimo de 2 inquéritos relativamente ao ano anterior e uma queda percentual de 2%) e 42 atividades avulsas (mais 7 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto. Julgamos que esta alteração acentuada que se sentiu entre “atividades inseridas em projeto de ED” e “atividades não inseridas em projeto” não é devida apenas a uma alteração real dos números absolutos, mas também a uma maior compreensão por parte das pessoas responsáveis pelo preenchimento dos questionários (nomeadamente das ESPA e das ESE) sobre o entendimento do que se denomina “projeto ED” no presente relatório.

Foram reportados menos 8 questionários do que em 2016, mantendo-se a tendência de decréscimo do número de inquéritos verificada desde 2014, contrariando uma tendência ascendente verificada anteriormente¹¹.

Este ano, por falta do processo de Planificação de Atividades para 2017, devido ao processo de elaboração do novo documento estratégico, não se pode realizar a comparação entre as atividades previstas e as atividades efetivamente realizadas.

A exemplo dos anos transatos, foram estabelecidos os Termos de Referência que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da

¹¹ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

ENED. Estes encontram-se apresentados em Anexo¹², constituindo as linhas mestras deste relatório.

Verificou-se, mais uma vez, que o próprio processo de elaboração dos relatórios anuais - desde o contacto com as instituições, à recolha de dados, ao seu tratamento e interpretação e à redação final – permite um processo de aprendizagem que foi tido em conta no processo de Avaliação Externa Final e que tem influência nas decisões tomadas e a tomar relativas ao futuro documento estratégico e seus documentos consequentes.

¹² Anexo 1.

D – COBERTURA DAS MEDIDAS

Em seguida, apresenta-se cada objetivo, respetivas medidas e tipologias de atividade, seguidos pelo mapeamento dos dados recolhidos, ao nível da tipologia de atividade.

OBJETIVO 1

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Medida 1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.

1.1.1 Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED

1.1.2 Promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

1.1.3 Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
1.1.1	UNESCO	ESE-IPB ESE-IPVC	CEAUP FEC SOPRO
1.1.2	UNESCO	ESE-IPVC	CEAUP FGS IMVF SOPRO
1.1.3	ARIPese UNESCO	ESE-IPB ESE-IPVC	AIDGLOBAL CEAUP FGS IMVF ROSTO SOL

Medida 1.2. Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.

1.2.1 Organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED

1.2.2 Produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
1.2.1	UNESCO	ESE-IPB ESE-IPVC	AIDGLOBAL CEAUP FGS IMVF ROSTO SOL SOPRO
1.2.2		ESE-IPB ESE-IPVC	CEAUP FGS

Medida 1.3. Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

1.3.1 Reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED

1.3.2 Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
1.3.1	UNESCO	ESE-IPVC	AID Global IMVF SOPRO
1.3.2	UNESCO	ESE-IPVC	CEAUP IMVF

Medida 1.4. Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.

1.4.1 Promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
1.4.1	ARIPES UNESCO	ESE-IPVC	AIDGLOBAL CEAUP FGS IMVF SOPRO

Medida 1.5. Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.

1.5.1 Organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
1.5.1	UNESCO	ESE-IPB ESE-IPVC	AIDGLOBAL CEAUP FGS IMVF ROSTO SOL SOPRO

Medida 1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

1.6.1 Identificação e criação de mecanismos de participação de representantes reconhecidos da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
1.6.1		ESE-IPVC	SOPRO

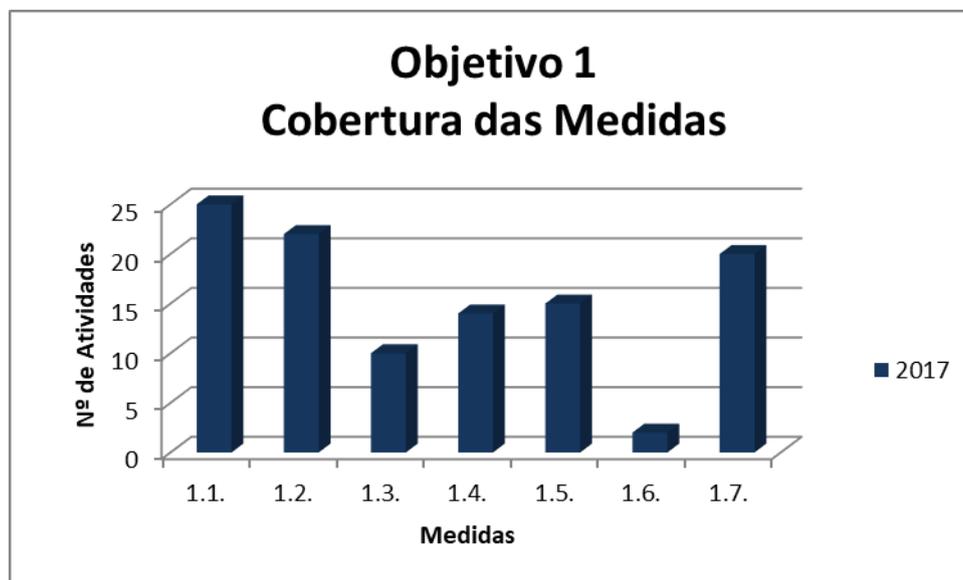
Medida 1.7. Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.

1.7.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo à troca de experiências entre organizações

1.7.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
1.7.1	UNESCO	ESE-IPB ESE-IPVC	CEAUP FEC FGS IMVF ROSTO SOL SOPRO
1.7.2			CEAUP IMVF

Pelo tratamento dos dados apresentados acima, pudemos encontrar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 1¹³:



Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar que, no objetivo em análise, se mantiveram as tendências gerais. O objetivo 1 tinha tido 111 referências em 2016 sendo possível verificar, este ano, 108, apenas menos três referências do que no ano anterior.

As medidas que continuam menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, continuam a ser as 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED; à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED; à criação de oportunidades regulares de

¹³ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações; e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. A medida 1.6 mantém-se, desde sempre, como a menos coberta deste objetivo.

De realçar, face aos anos anteriores:

- a manutenção da importância atribuída às medidas 1.1 (ligada à formação de agentes de ED), 1.2 (criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED) e 1.7 (atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional) como as mais numerosas em todos os relatórios;
- o reforço da tendência de melhoria verificada nos valores relativos às medidas 1.4 (investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED) e 1.5 (criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações) pelo seu aumento lento mas constante.

OBJETIVO 2

Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Medida 2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.

2.1.1 Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2.1.2 Conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores

		2017		
		ESPA	ESE	ONGD
2.1.1	-----		ESE- IPB ESE-IPCB ESE-IPP ESE-IPVC ESE-UA	-----
2.1.2	-----		ESE-IPB ESE-IPL ESE-IPP ESE-IPPg ESE-IPVC	-----

Medida 2.2. Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.

2.2.1 Elaboração de materiais de orientação pedagógica sobre ED dedicados aos educadores e professores dos vários níveis e ciclos de ensino e educação

2.2.2 Elaboração, divulgação e disponibilização de materiais didáticos e projetos elaborados por entidades diversas

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
2.2.1	APEDI ASPEA CIG DGE	ESE-IPB ESE-IPVC ESE-UA	CIDAC CPR FCLx FEC FGS UCCLA UNICEF
2.2.2	ASPEA CIG	ESE-IPBj ESE-IPL ESE-IPS ESE-IPVC	CIDAC CPR FCLx FEC FGS IMVF UCCLA UNICEF

Medida 2.3. Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.

2.3.1 Promoção de projetos colaborativos de ED no setor da Educação Formal

2.3.2 Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados

2.3.3 Promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
2.3.1	APA APEDI ASPEA DGE	ESE-IPB ESE-IPBj ESE-IPL ESE-IPP ESE-IPS ESE-IPVC ESE-UA	ADPM CIDAC CPR FCLx FEC UNICEF UCCLA
2.3.2	ASPEA	ESE-IPB ESE-IPL ESE-IPVC	CPR FEC ROSTO SOL UCCLA UNICEF
2.3.3	ASPEA	ESE-IPB ESE-IPS ESE-IPVC	CIDAC CPR IMVF UCCLA

Medida 2.4. Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.

2.4.1 Conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
2.4.1	APEDI CIG DGE	ESE-IPL ESE-IPP ESE-IPPg ESE-IPVC ESE-UA	CIDAC CPR FCLx UCCLA

Medida 2.5. Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.

2.5.1 Promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
2.5.1	-----	ESE-IPL ESE-IPP ESE-IPVC ESE-UA	CIDAC FEC UCCLA

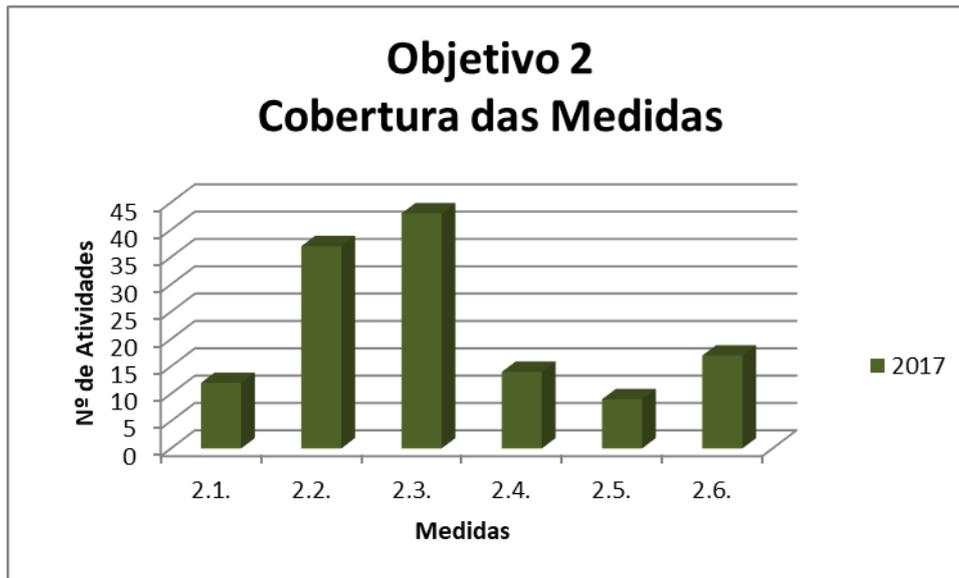
Medida 2.6. Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

2.6.1 Promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global dos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares

2016			
	ESPA	ESE	ONGD
2.6.1	APEDI	ESE-IPL ESE-IPVC ESE-UA	CIDAC CPR FEC FCLx IMVF ROSTO SOL UNICEF UCCLA

A análise dos dados apresentados acima permite apresentar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 2, dedicado à educação formal¹⁴:

¹⁴ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.



Neste objetivo há a salientar uma viragem na tendência verificada no último relatório consubstanciado no aumento dos valores absolutos gerais nas referências – de 102, em 2016, para 132, no presente relatório, mais trinta. No entanto, verificam-se as principais tendências, como a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1 (integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente) e 2.5 (promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul).

Salientamos os seguintes aspetos:

- a estabilização da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes, possível de justificar por uma estabilização no número de Escolas Superiores de Educação envolvidas no processo de recolha de dados;
- o aumento da medida 2.4, formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão de escolas e dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas, que quase duplicou no ano de 2017 face a 2016, talvez como resultado de uma aposta maior na formação contínua de professores relacionada com o implementação do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*;
- a manutenção da medida 2.5 como medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2017, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de

investigação em ED nas instituições de ensino superior, apesar dos lentos avanços que se vão verificando.

OBJETIVO 3

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa

Medida 3.1. Promoção do reconhecimento das OSC enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

3.1.1 Realização e apoio à divulgação de atividades entre organizações da sociedade civil e entidades públicas

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
3.1.1	APA ASPEA	-----	ADDHU FEC ROSTO SOL SOLSEF UCCLA

Medida 3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

3.2.1 Criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED

3.2.2 Criação de iniciativas que incentivem a promoção de projetos de ED por parte de organizações de juventude

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
3.2.1	APA ASPEA	-----	ADDHU FEC IMVF MONTE ROSTO SOL UCCLA WACT
3.2.2	-----	-----	ADDHU FEC ROSTO SOL SOLSEF UCCLA WACT

Medida 3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.

3.3.1 Organização de ações de capacitação dedicadas a formadores de ED sobre formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

3.3.2 Organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social

3.3.3 Desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
3.3.1	-----	-----	ADDHU MONTE WACT
3.3.2	-----	-----	MONTE WACT
3.3.3	-----	-----	ADDHU MONTE WACT

Medida 3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.

3.4.1 Identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
3.4.1	-----	-----	ADDHU MONTE ROSTO SOL UCCLA

Medida 3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.

3.5.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo ao interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

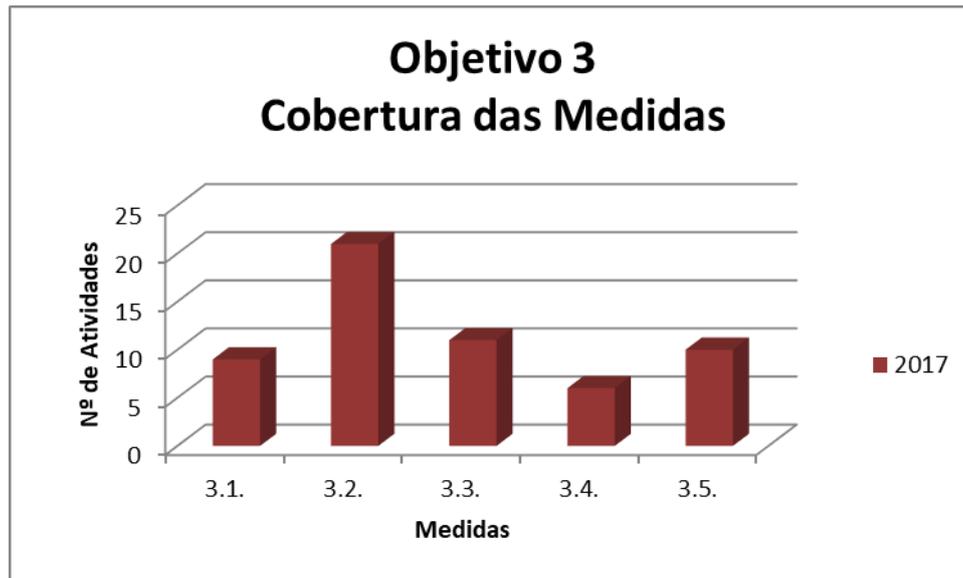
3.5.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.3 Apoio à participação de delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED

	2017		
	ESPA	ESE	ONGD
3.5.1	-----	-----	ADDHU IMVF MONTE ROSTO SOL UCCLA
3.5.2	-----	-----	UCCLA
3.5.3	-----	-----	UCCLA

Os dados apresentados permitem obter a seguinte análise das medidas do objetivo 3, cuja tónica recai sobre a educação não formal¹⁵:

¹⁵ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.



No presente relatório, e relativamente ao objetivo 3, verificou-se a tendência do relatório do ano anterior, ou seja, manteve-se a acentuada diminuição das referências, ao nível das medidas, que fez com que se passasse de 111, em 2015, para 58, em 2016, e 57, em 2017, ano em que este objetivo apresentou resultados mais baixos. É ainda interessante verificar que as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas quase se mantêm:

- a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, como nos relatórios precedentes;
- a medida 3.3, formação de agentes de ED, mantém o seu lugar de segunda mais coberta, sendo, agora, seguida pela medida 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional, e que sofre um aumento de referências;
- as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apesar de serem as únicas com um aumento do número de referências, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo, tendo trocado de lugar, estando agora com menor representatividade a medida 3.4.

OBJETIVO 4

Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

Medida 4.1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED

4.1.1. Campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED

4.1.2 Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas

4.1.3 Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
4.1.1	APA PPONGD	ESE-IPVC	AID GLOBAL EAPN FEC
4.1.2	-----	-----	FEC
4.1.3	-----	-----	EAPN FEC

Medida 4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.2.1 Ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
4.2.1	PPONGD	-----	CIDAC EAPN FEC IMVF

Medida 4.3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os *media*, sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, wikis e redes sociais).

4.3.1 Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social

4.3.2 Ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os media

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
4.3.1	PPONGD	-----	EAPN
4.3.2	PPONGD	ESE-IPVC	CIDAC IMVF

Medida 4.4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.4.1 Participação portuguesa em campanhas internacionais de sensibilização de ED

2016			
	ESPA	ESE	ONGD
4.4.1	PPONGD	ESE-IPVC	CIDAC FEC IMVF

Medida 4.5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.

4.5.1 Ações de influência política no quadro da ED

4.5.2 Ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados

2017			
	ESPA	ESE	ONGD
4.5.1	APA PPONGD	-----	AIDGLOBAL EAPN FEC IMVF
4.5.2	-----	-----	EAPN FEC

Medida 4.6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.6.1 Ações de influência política no quadro da ED concebidas, executadas e avaliadas em parceria por conjuntos de atores diversos com a experiência registada

		2017		
		ESPA	ESE	ONGD
4.6.1		-----	-----	AIDGLOBAL EAPN FEC IMVF

Medida 4.7 Promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas.

4.7.1 Ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*

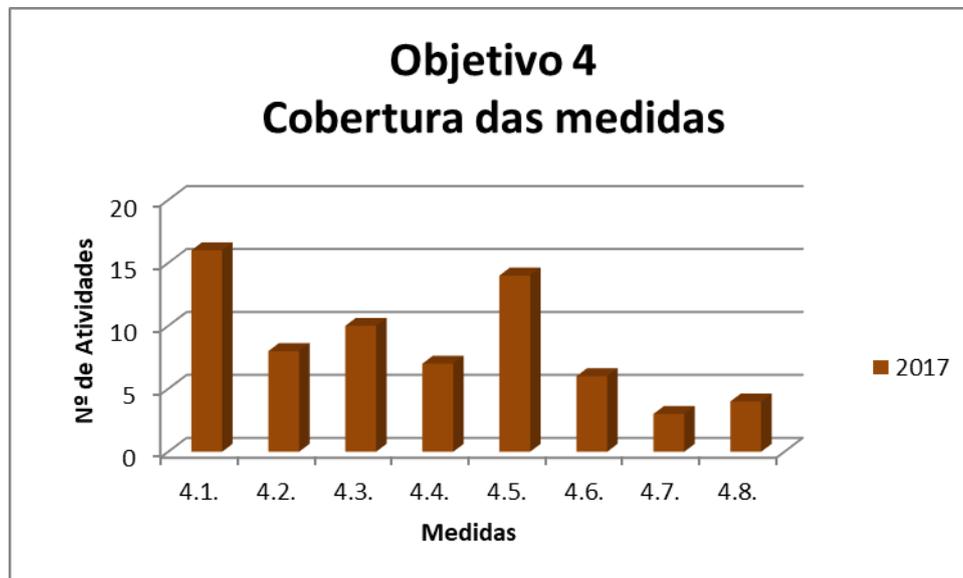
		2017		
		ESPA	ESE	ONGD
4.7.1		PPONGD	-----	IMVF

Medida 4.8 Promoção de participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.8.1 Participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais

		2017		
		ESPA	ESE	ONGD
4.8.1		PPONGD	-----	FEC

Com os dados recolhidos para o objetivo 4, pudemos construir o seguinte gráfico¹⁶:



O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política.

A análise deste gráfico permite-nos observar:

- um ligeiro aumento do número de referências às medidas do objetivo 4, de 60 (em 2016) para 68, contrariando-se, ainda que ligeiramente, a tendência de retração verificada nos relatórios anteriores;
- nas medidas dedicadas à sensibilização, assiste-se à manutenção da grande preponderância da medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, neste momento a medida mais coberta deste objetivo; e da medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, tendo esta perdido a posição cimeira do relatório anterior e passando a ser a terceira medida mais representativa;
- as medidas 4.2 (promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores) e 4.4 (promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos) revelam a necessidade de maior intervenção no âmbito da sensibilização, ocupando, respetivamente o quarto e quinto lugares na cobertura;

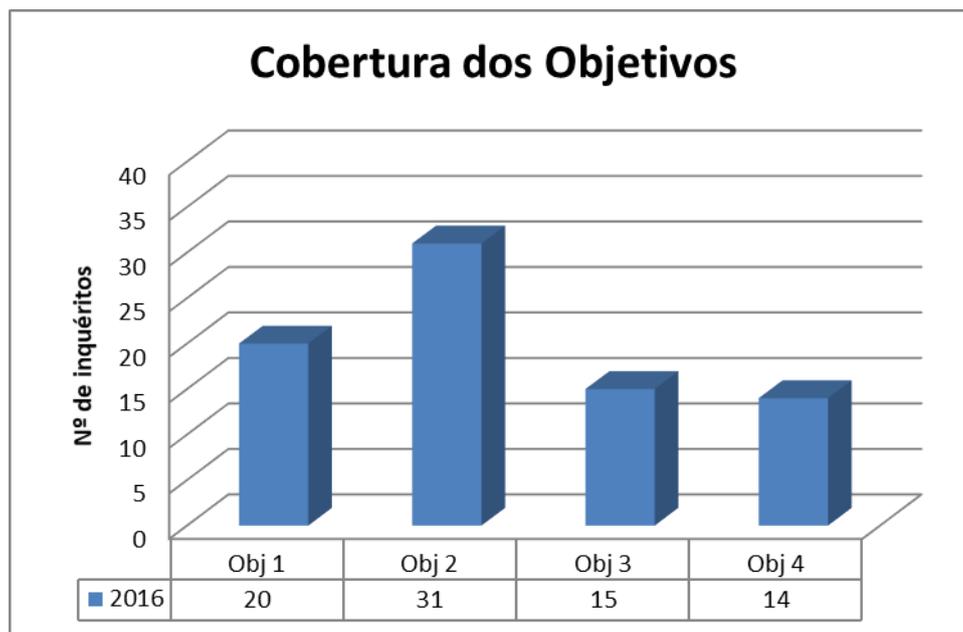
¹⁶ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

- dentro das medidas de influência política (medidas 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8), a medida 4.5, relativa à promoção de ações de influência política, mantém o seu lugar de destaque sendo, neste relatório, a segunda medida mais coberta deste quarto objetivo;
- as medidas 4.6, 4.7 e 4.8, relativas à promoção de ações de influência política, apresentam os valores mais baixos do objetivo 4, necessitando de maior atenção, como já tem sido salientado nos relatórios anteriores.

LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO

Após uma leitura dos dados, medida a medida, julga-se ser importante uma leitura dos dados globais, por objetivo. Afinal, qual(is) o(s) objetivo(s) em que se apostou mais no último ano? Qual(is) o(s) que necessita(m) de maior atenção? Qual a tendência face aos últimos anos?

Iniciamos com uma leitura por número de questionários preenchidos¹⁷:



Este gráfico permite-nos perceber que, dos 80 questionários recolhidos, relativos às atividades/projetos realizados em 2016:

- 20 inserem-se no objetivo 1 – 25% (contra 25, 28,9%, no relatório anterior);
- 31 no objetivo 2 – 38,8% (contra 29, 33%, em 2015);
- 15 no objetivo 3 – 18,8% (contra 17, 19,3%, no ano anterior);
- 14 no objetivo 4 – 17,5% (contra 17, 19,3%, em 2015).

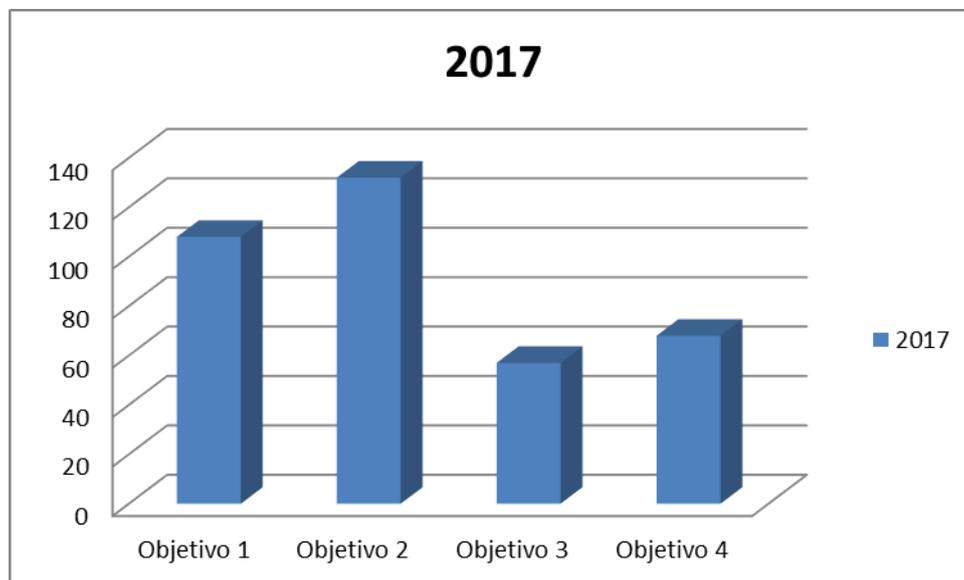
De salientar a diminuição dos valores, ainda que não muito significativos (relembre-se que no ano passado se tinham conseguido 88 inquéritos preenchidos). Quanto à ordem de cobertura, as tendências mantêm-se – o objetivo 2 mantém-se o mais

¹⁷ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

coberto e o objetivo 1 encontra-se como segundo objetivo mais referenciado. Os objetivos 3 e 4, que no ano passado se apresentavam com o mesmo número de inquéritos, têm, este ano, 1 inquérito de diferença, com vantagem para o objetivo 3.

Detendo-nos numa análise mais aprofundada da variação do peso relativo dos objetivos, em percentagem, percebe-se que o objetivo 2 assume a dianteira com maior distância face aos outros objetivos seguintes – 38,8% para 25% do objetivo 1, que vem imediatamente a seguir.

Após uma análise dos inquéritos, podemos efetuar uma análise pela alocação das medidas às tipologias, como vemos no gráfico seguinte¹⁸:

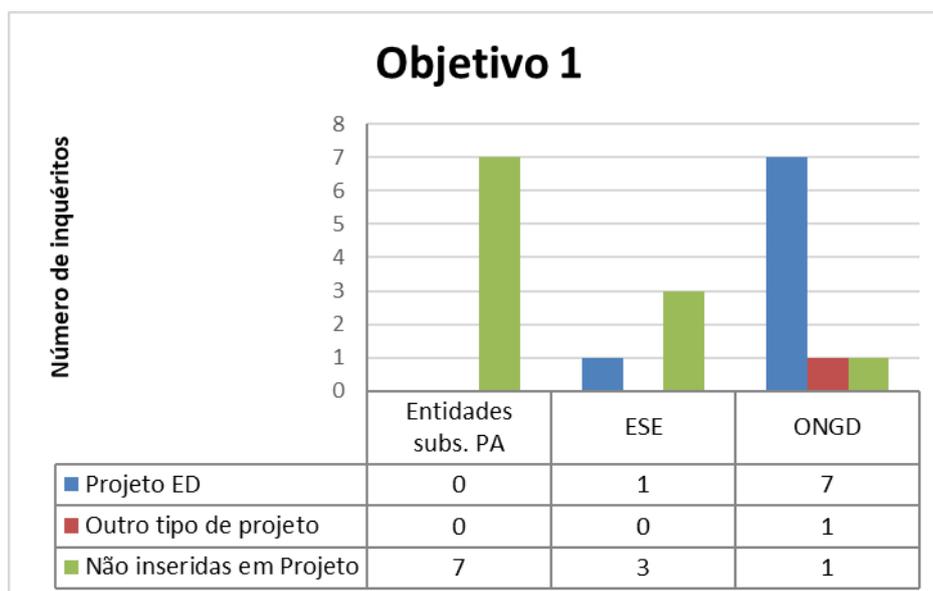


Verifica-se que, quer se faça uma análise por inquérito quer por número de referências, as tendências mantêm-se, estando os objetivos 2 e 1 em primeiro lugar e os 3 e 4 em último lugar. De salientar, no entanto, que há uma inversão dos últimos lugares, apresentando-se o objetivo 4 com mais tipologias referenciadas. Recorde-se que cada inquérito, caso reporte um projeto ou uma atividade, pode fazer referência a diversas tipologias de atividades e, por isso, esta análise diferenciada.

A exemplo dos cinco últimos relatórios, desde 2012, com a introdução das três categorias de inquérito – referente a projeto ED, a atividades inseridas noutra tipo de

¹⁸ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

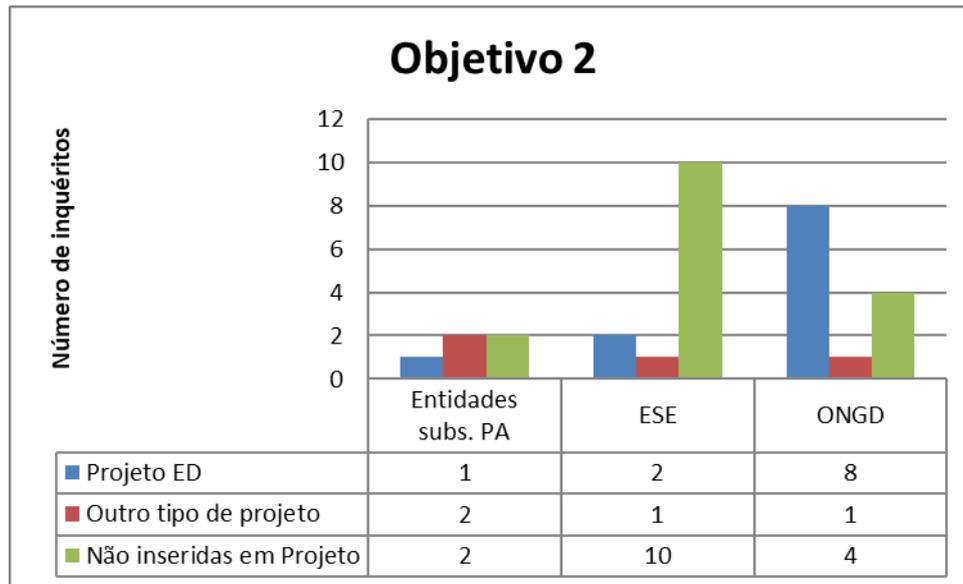
projeto ou atividades não inseridas em projeto – podemos observar como se relaciona o número de inquéritos preenchidos com os principais atores. Observemos os dados:



Para o objetivo 1¹⁹, pode comprovar-se uma diminuição de projetos reportados na área da Educação para o Desenvolvimento (de 11 para 8). A variação verificou-se na diminuição do número de projetos das ESPA (de 3 para 0). Julgamos que esta alteração acentuada que se sentiu entre “atividades inseridas em projeto de ED” e “atividades não inseridas em projeto” não é devida apenas a uma alteração real dos números absolutos, mas também a uma maior compreensão por parte das pessoas responsáveis pelo preenchimento dos questionários, neste caso das ESPA, sobre o entendimento do que se denomina “projeto ED” no presente relatório. Esta hipótese pode ser reforçada com o incremento das “atividades não inseridas em projeto” que aumentaram de 3 para 7.

As outras tendências gerais mantêm-se, nomeadamente a presença sustentada de “projetos de ED” das ONGD (mantêm-se 7) e o pouco relevo das ESE.

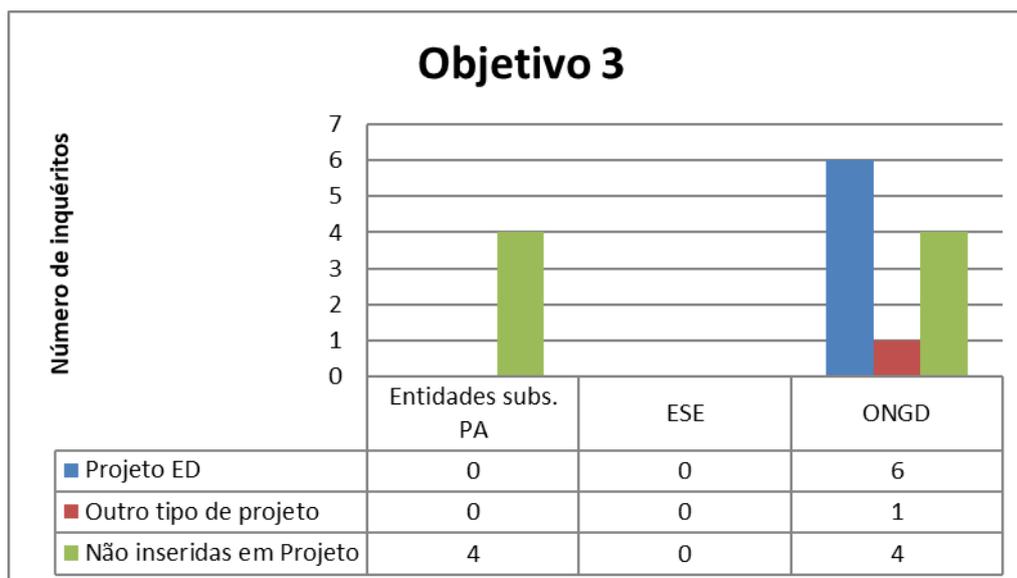
¹⁹ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.



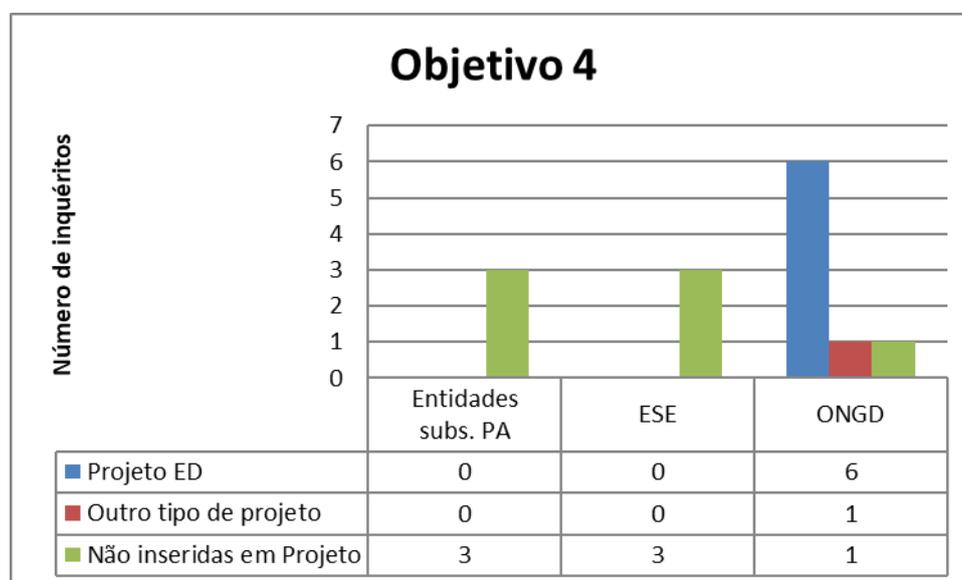
Relativamente ao objetivo 2²⁰, mantêm-se as tendências gerais. Verificam-se, no entanto, as seguintes alterações: relativamente aos projetos de ED, assiste-se à diminuição de 1 projeto por parte das ESPA e de 2 projetos nas ONGD; ao contrário do relatório anterior onde se assistiu ao desaparecimento total de atividades inseridas noutro tipo de projetos, verificam-se para o ano de 2017, referências a esse tipo de atividades; existe um aumento de “atividades não inseridas em projeto” nas ESE que parece relevante (de 7 para 10).

De salientar que este é o primeiro relatório onde as ESE igualam o contributo das ONGD na contribuição para o objetivo 2, dado importante para a participação das ESE na implementação da ENED e expectável dado o carácter intrínseco das mesmas instituições.

²⁰ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

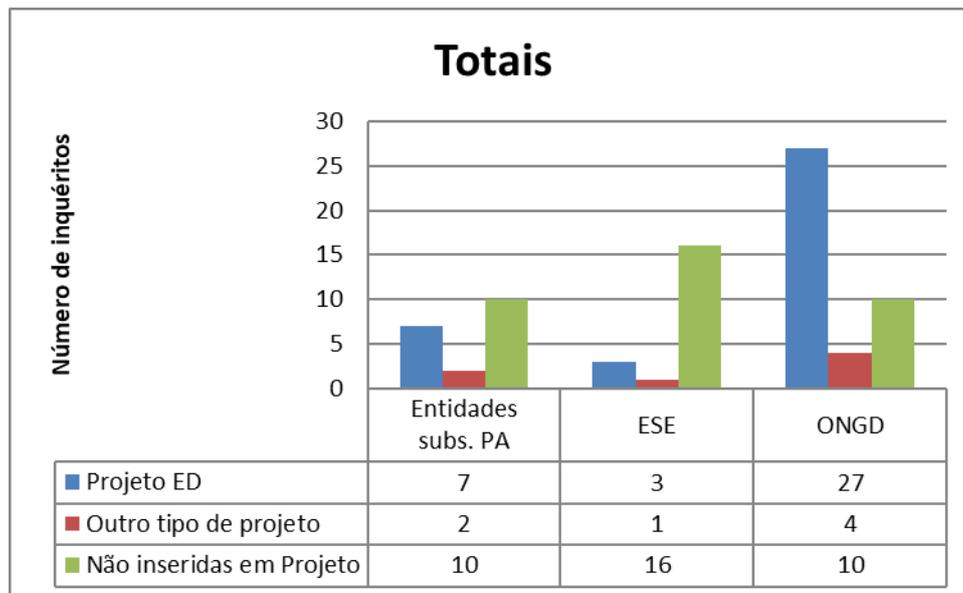


No objetivo 3²¹, dedicado à educação não formal, é de salientar a diminuição gradual da presença ESPA ENED e das ESE, deixando lugar quase e apenas à contribuição das ONGD (passando estas de reportar 8 projetos para reportar 6). Os valores referentes às atividades inseridas noutra tipo de projeto diminuem acentuadamente, apesar de já terem, anteriormente, valores mínimos (passam de três referências para uma).



²¹ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

Face ao objetivo 4²², verificou-se a tendência de diminuição no número de projetos reportados, interrompida no relatório anterior, passando a haver um reporte de 6 projetos, apenas realizados por ONGD. Os outros números mantêm-se quase sem alterações. É de salientar o papel preponderante das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo.



Para termos uma ideia geral da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores promotores das mesmas²³, podemos verificar que:

- no geral, os valores absolutos diminuíram, o que pode corresponder também à diminuição do número de inquéritos recolhidos;
- as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (são também a tipologia de atores mais numerosa) ao nível do número de atividades, no geral, e em particular no número de projetos de ED, onde, apesar da diminuição dos números absolutos (de 35 para 27), se verifica a sua preponderância;
- na linha do verificado no ano anterior, o reporte de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED perdeu a sua expressividade (de 32 em 2015 para 10 em 2016 e 7 no presente relatório);

²² Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

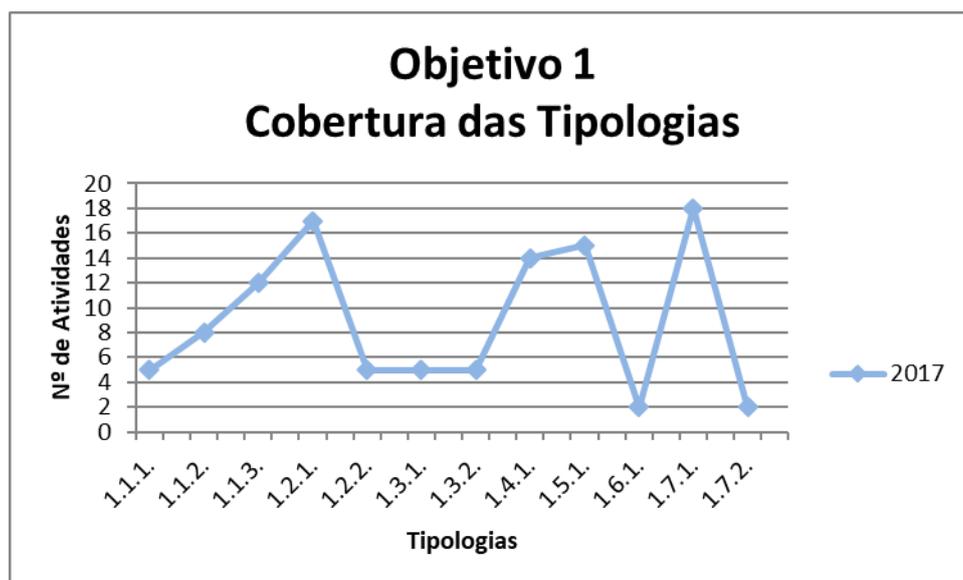
²³ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

- apesar da diminuição dos valores, mantém-se a relevância das atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto, fator já relacionado com a já referida melhor categorização face ao que se entende por “projetos de ED” no presente relatório.

LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE

Após uma análise dos dados com base nas medidas e com base nos objetivos, pode-se ainda ir ao nível das tipologias de atividade, verificando quais as tipologias que foram identificadas pelas entidades contactadas como sendo as tipologias mais cobertas pelas suas atividades. Os quadros seguintes apresentam essa informação, agrupada por objetivo.

Iniciemos pelo objetivo 1²⁴:



Com um número de referências muito próximo ao do ano anterior – 111 referências em 2016 e 108 em 2017 –, mantêm-se as tendências positivas das tipologias 1.7.1, organização de seminários, conferências e debates sobre ED, a nível nacional e internacional, e 1.2.1, organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED.

²⁴ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

Alterações a salientar:

- a possibilidade de agrupar as tipologias menos cobertas, para 2017, em dois níveis – as tipologias 1.6.1 (referente à identificação e à criação de mecanismos de participação de organizações reconhecidas enquanto representantes da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED) e 1.7.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED), com um nível de reporte muito baixo, tendo descido face ao ano anterior; e as tipologias 1.1.1 (que se debruça sobre a criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED), 1.2.2 (referente à produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED), 1.3.1 (reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED) e 1.3.2 (incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal), todas com os mesmos valores, resultando a primeira de uma melhoria e as restantes de uma diminuição de valores.

- o incremento das tipologias 1.4.1 e 1.5.1, dedicadas, respetivamente, à promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil e a organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil.

Passando para o objetivo 2²⁵:

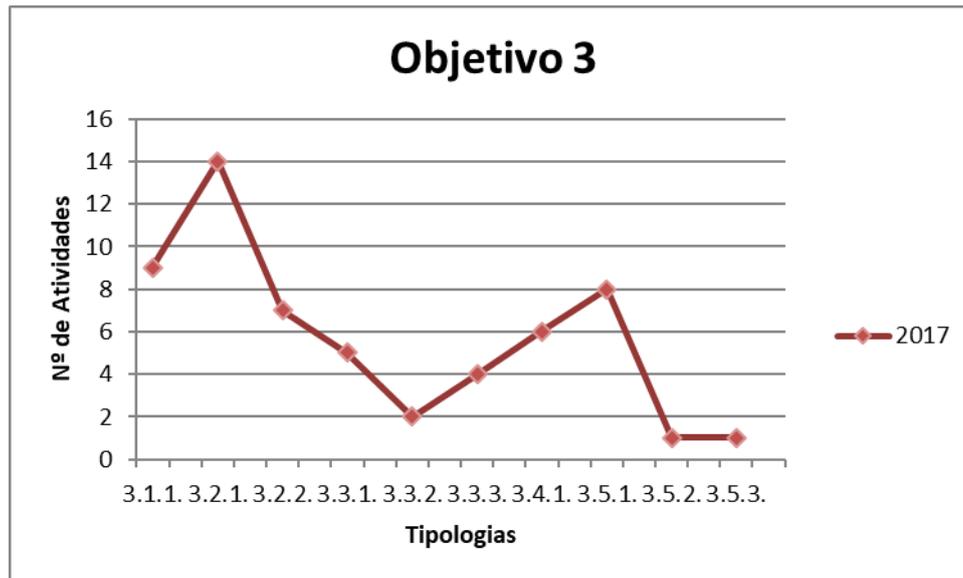


²⁵ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

Neste objetivo verificou-se um aumento significativo do número de referências – de 102 para 132 – o que provocou o aumento dos números absolutos em quase todas as tipologias, com a exceção das 2.1.1 (identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores) e 2.1.2 (concepção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores), talvez devido à estabilização do número de ESE envolvidas neste processo.

Relativamente ao objetivo 2 mantêm-se as tendências gerais, havendo, no entanto, alguns aspetos a salientar:

- a manutenção da primazia das tipologias 2.3.1 e 2.6.1 referentes à promoção de projetos colaborativos de ED no setor da educação formal e à promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global nos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares. No entanto, a estas juntam-se, na linha da frente e com um grande progresso, as tipologias 2.2.1 e 2.2.2 dedicadas à elaboração e divulgação de materiais;
- a tipologia 2.3.2 (promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados) voltou a apresentar valores significativos;
- a tipologia 2.4.1, dedicada à concepção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores, quase duplicou no ano de 2017 face a 2016, talvez, como já referido anteriormente, como resultado de uma aposta maior na formação contínua de professores relacionada com o implementação do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*;
- as tipologias 2.3.3 (promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados) e 2.5.1 (promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional) continuam a necessitar de alguma atenção, uma vez que mantêm valores baixos.



No objetivo 3, dedicado à educação não formal, manteve-se o valor baixo registrado após a acentuada diminuição das referências, de 2015 para 2016 – de 111 para 58 –, atingindo-se, para 2017, o valor mais baixo de sempre, 57. Esta situação originou algumas alterações na distribuição por tipologias de atividades, acentuando, contudo, noutros casos, tendências já verificadas anteriormente²⁶.

De salientar:

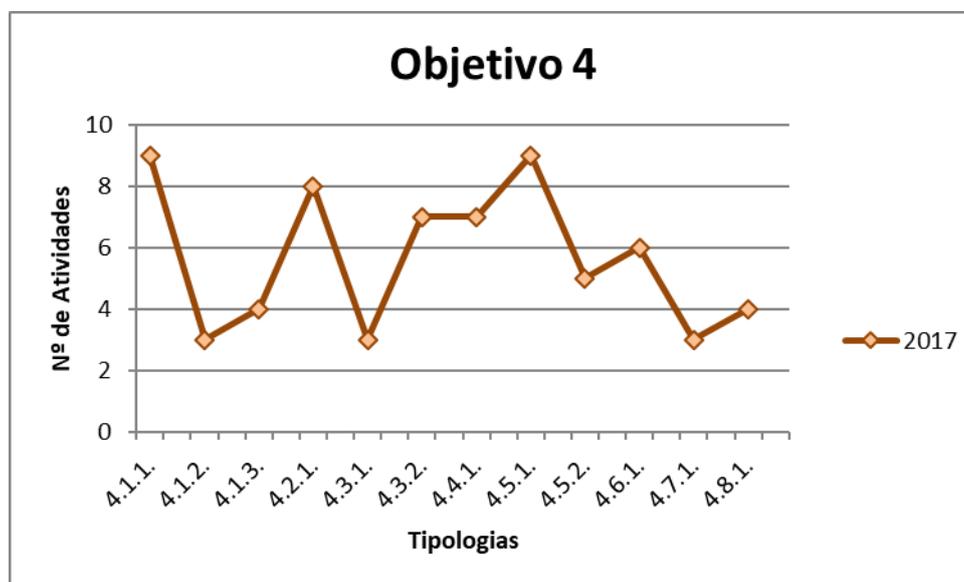
- a manutenção da tipologia 3.2.1, criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED, como a mais referenciada;
- o aumento acentuado das tipologias 3.1.1, dedicada à realização e apoio à divulgação de atividades entre organizações da sociedade civil e entidades públicas, e 3.5.1, organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal, que as colocou em segundo e terceiro lugar, respetivamente, neste objetivo;
- a diminuição da tipologia 3.4.1, referente à identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes, tendência já verificada no relatório do ano anterior, o que a faz cair de segunda mais referenciada, para um lugar mediano, dentro do objetivo;
- o nível irrisório da cobertura das seguintes tipologias:

²⁶ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o gráfico da página 42 do Relatório de Acompanhamento 2015.

. 3.3.2 (sobre a organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social),

. 3.5.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal)

. e 3.5.3 (apoio à participação e delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED).



No objetivo 4²⁷, volta-se a assistir a uma grande alteração do panorama do relatório do ano anterior, o que faz deste objetivo o mais instável ao longo dos anos. Veja-se:

- o ressurgimento da tipologia 4.1.1, dedicada a campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED, como medida mais numerosa, surgindo, no entanto, com o mesmo número de referências a tipologia 4.5.1, ações de influência política no quadro da ED. Esta paridade é interessante já que estas duas tipologias encabeçam, respetivamente, as tipologias dedicadas à sensibilização e as tipologias dedicadas à influência política;
- o reforço da tipologia 4.2.1 (ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas) que aparece agora na terceira posição;

²⁷ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

- a acentuada diminuição da tipologia 4.3.2, referente a ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os *media*, que a fez perder o lugar de mais numerosa, no relatório anterior, ocupando neste um lugar mediano;

- o nível pouco expressivo da cobertura das tipologias 4.1.2 (desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas), 4.1.3 (organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens), 4.3.1 (ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social), 4.7.1 (ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*) e 4.8.1 (participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais).

De salientar que a tendência já verificada no relatório anterior do esbatimento da discrepância anteriormente sentida entre a grande expressividade das tipologias dedicadas à sensibilização e a pouca expressividade das tipologias referentes à influência política é reforçada neste relatório, sendo o primeiro lugar partilhado por uma medida de cada uma das áreas.

Os dois objetivos finais, respetivamente 5 e 6, estão relacionados com atividades específicas da Comissão de Acompanhamento enquanto principal responsável pelo cumprimento da ENED e pela execução do Plano de Ação, apenas previstas entre 2010 e 2015, pelo que não se aplicam.

A medida 6.2, que pressupõe o Acompanhamento da ENED, viu cumpridas as seguintes tipologias:

6.2.2 Alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos – a Comissão de Acompanhamento manteve os seus encontros de forma regular, tendo sido realizadas 10 reuniões de trabalho;

6.2.3 Elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED, através da efetivação do presente relatório.

O grupo das entidades subscritoras do PA da ENED reuniu uma vez no ano de 2017, a 12 de janeiro, com o objetivo de discutir o Relatório de Avaliação Externa Final da ENED e o Relatório de Acompanhamento ENED 2016 e de pensar a definição do novo quadro estratégico.

Entre maio e julho decorreram quatro oficinas dedicadas à elaboração do novo documento estratégico, na qual participaram as entidades subscritoras do PA da ENED e outras entidades convidadas para tomarem parte do novo processo.

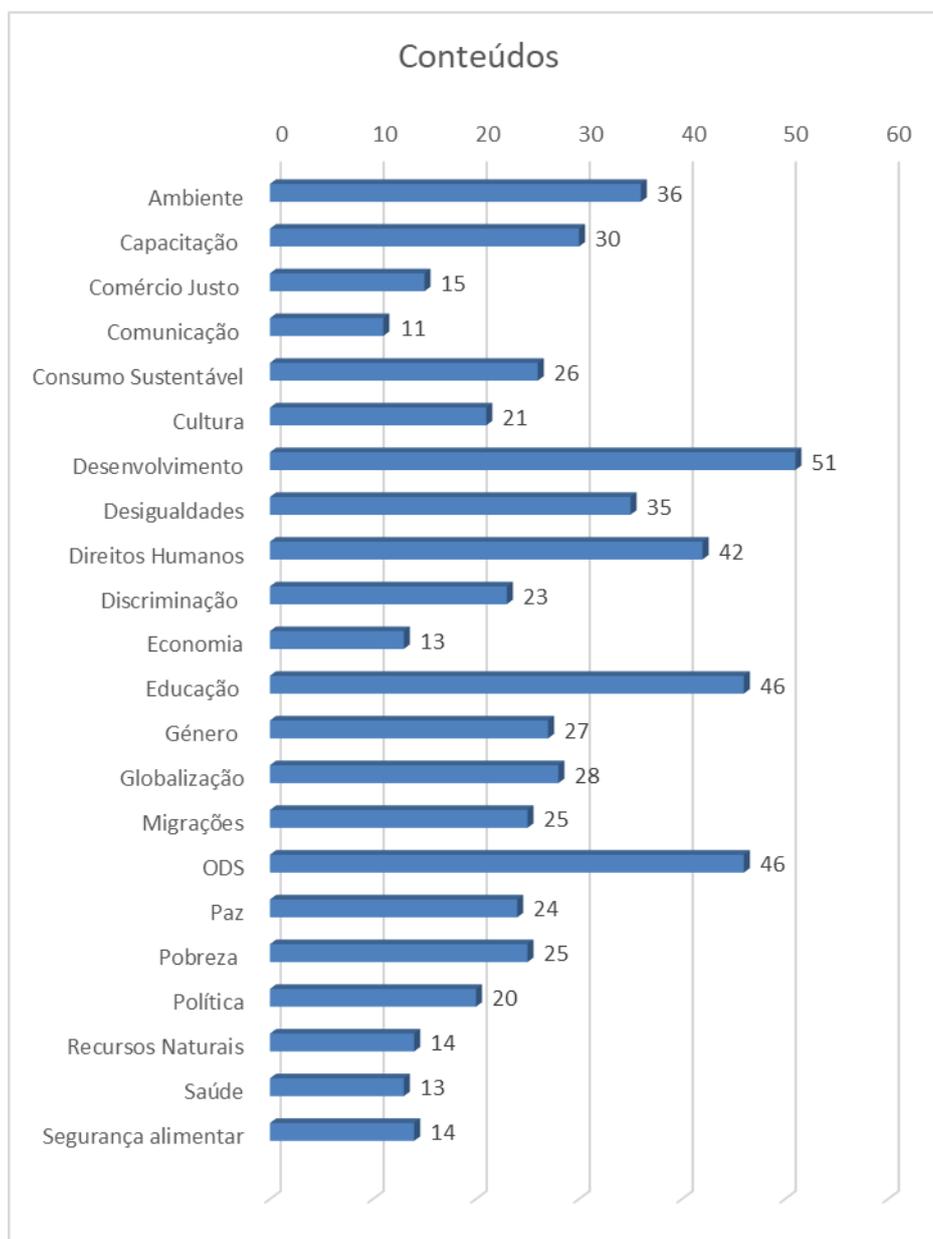
Durante o ano de 2017 foi redigido e apresentado o relatório de 2016, no âmbito do projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", cumprindo, desta forma, o previsto na tipologia 6.2.3.

E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO

CONTEÚDOS

No relatório relativo a 2017 voltamos a analisar os dados relativos aos conteúdos abordados pelas entidades nas suas atividades.

Observem-se os resultados obtidos²⁸:



²⁸ Utilizamos, como conteúdos a assinalar pelos inquiridos, uma listagem adaptada do relatório europeu *Development Education & Awareness Raising Study Final Report*.

A observação permite-nos identificar os mesmos 3 grupos do relatório do ano anterior, considerando os mesmos intervalos^{29,30}:

- temáticas mais trabalhadas, com mais de 45 referências – desenvolvimento, educação, as mesmas dos anos anteriores, com a novidade das referências aos ODS;
- temáticas mediamente referidas (entre 20 a 45 referências) – ambiente, capacitação, consumo sustentável, cultura, desigualdades sociais, discriminação, género, globalização e pobreza. A este grupo juntam-se, para este ano, os direitos humanos que sofrem uma ligeira diminuição;
- temáticas menos trabalhadas, até 20 referências – comércio justo, comunicação, economia, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar.

De salientar que a categoria ODM foi substituída, no presente relatório, pela categoria ODS, por razões óbvias.

Uma vez que o inquérito permitia a possibilidade de acrescentar “outros”, assistiu-se a uma multiplicidade de outros temas sugeridos. Apesar de alguns poderem ser incluídos nas categorias anteriormente fixadas, achamos por bem identificá-los todos:

- Abordagem metodológica e desenvolvimento educativo
- Alterações Climáticas
- Cidadania Global (cinco referências)
- Comércio e Finanças
- Cooperação
- Crise das e dos Refugiados
- Diversidade
- Ecologia
- Educação Intercultural
- Empreendedorismo
- Interligações e trabalho entre atores do desenvolvimento (duas referências)
- Justiça social

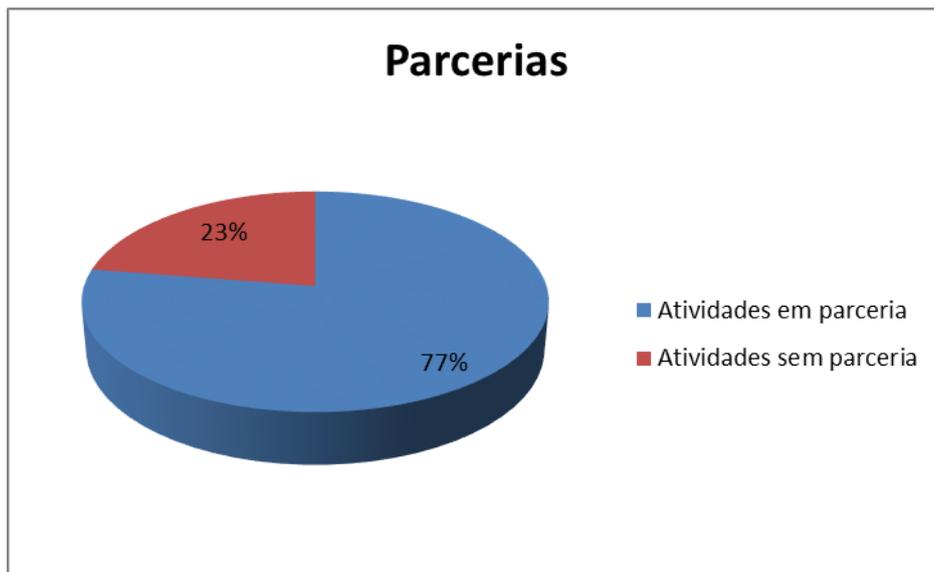
²⁹ Até ao relatório de 2015, devido ao número de dados recolhidos, os intervalos a considerarem foram até 30 referências, entre 30 e 60 referências e mais de 60 referências.

³⁰ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

- Metodologias e estratégias pedagógicas (abordagem metodológica no contexto do Movimento da Escola Moderna, Filosofia para Crianças, Educação pela Arte, Educação Intercultural, Animação do Livro e da Leitura, Jogos da Paz e Cooperação)
- Segurança e Desenvolvimento
- Voluntariado (duas referências); Voluntariado Internacional; Voluntariado para a Ajuda Humanitária

PARCERIAS

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores, observou-se a tendência sobre a prática de trabalho em parceria, em Portugal. Após uma análise dos dados, obteve-se o seguinte gráfico³¹:



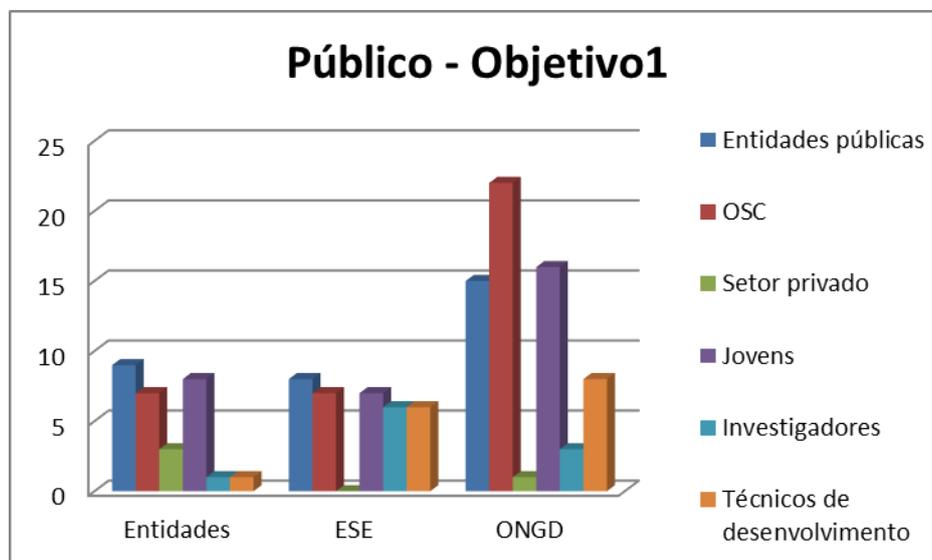
Da análise dos dados recolhidos, observa-se a tendência dos anos anteriores, com um número muito expressivo dos projetos/atividades a serem executados em parceria – 77% – sendo que apenas 23% aparecem com a indicação da própria organização como única entidade executora. Isto permite concluir, a exemplo dos anos anteriores, que, apesar de poder haver um caminho a fazer de estreitamento de relações entre os diversos atores a intervir em ED, em Portugal, os dados mostram que há prática efetiva de trabalho em parceria e redes.

³¹ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

PÚBLICOS

Na categorização por públicos mantiveram-se as categorias encontradas e validadas nos relatórios anteriores. Salienta-se que o critério utilizado, para análise do público, não é o número absoluto de grupos destinatários das atividades, uma vez que não existe acesso a esses dados, mas o número de referências aos vários tipos de público nos inquéritos.

Para o ano de 2017 foram encontrados os seguintes dados:



Da observação do gráfico anterior, referente ao objetivo 1, pode-se salientar, face aos dados de 2017³²:

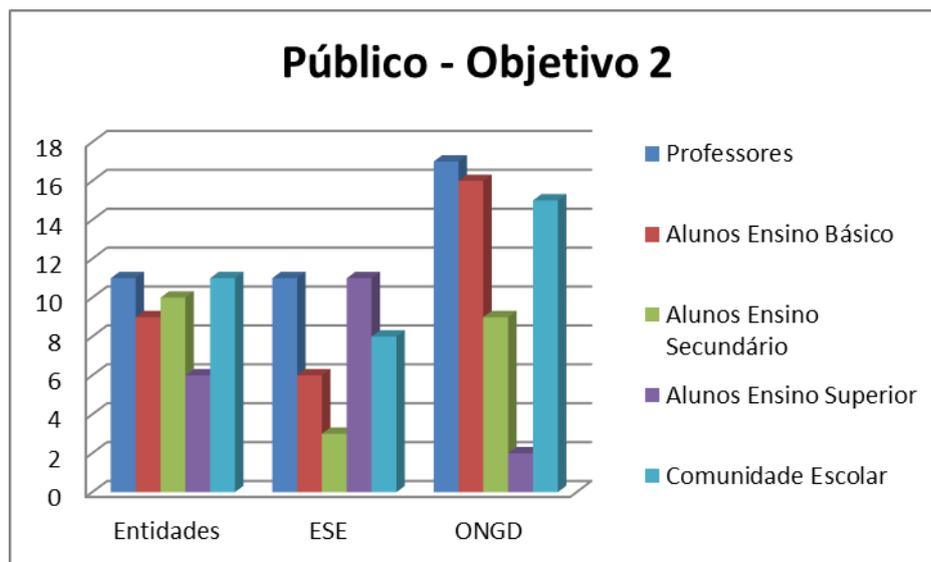
- nas entidades subscritoras do PA da ENED, uma redução significativa dos valores referente às “OSC” e o valor pouco representativo dos “Investigadores” e dos “Técnicos de Desenvolvimento”, bem como do “Setor Privado”;
- nas ESE, a manutenção das tendências verificadas no ano anterior, com a completa ausência do “Setor Privado”;
- o peso significativo dos valores relativos às ONGD, com um aumento significativo no “Entidades Públicas” e “OSC”, passando estas últimas a liderar os públicos das ONGD. Ainda digna de nota apresenta-se a diminuição da categoria “Jovens”, que perde a

³² Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

posição cimeira do relatório anterior, dos “Investigadores”, dos “Técnicos de Desenvolvimento” e do “Setor Privado”.

É importante reportar a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil.

Passando à análise dos dados do objetivo 2, obteve-se o seguinte cenário³³:



Este objetivo, uma vez que se dedica à educação formal, engloba os seguintes públicos-alvo – docentes e discentes do ensino básico, secundário e superior e restante comunidade escolar.

Salienta-se:

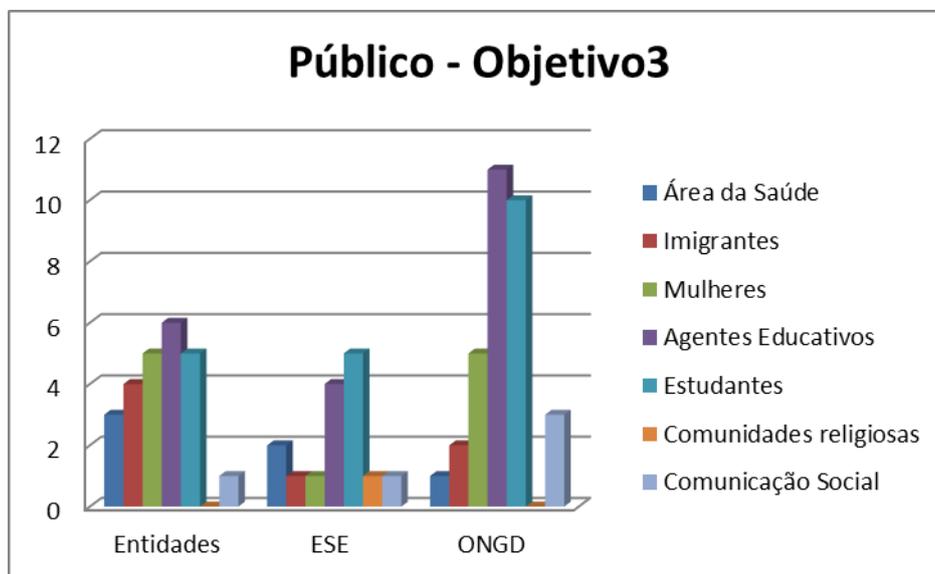
- o aumento das referências a atividades realizadas pelas entidades. De concluir o aumento das referências ligadas a alunos e alunas e à comunidade escolar como um todo;
- o alargamento das referências relativas às ESE, confirmando-se as tendências que já vêm desde 2012: os/as estudantes do ensino superior e os/as docentes como público de eleição;

³³ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

- as ONGD mantêm-se como principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades). De sublinhar que se verifica um panorama muito idêntico ao ano anterior – a sua aposta forte na formação de docentes (público que se destaca), os alunos e alunas do ensino básico e a presença significativa de uma abordagem a toda a comunidade escolar.

Importa referir a importância que transparece, nos três tipos de entidades, relativa ao trabalho com docentes e à comunidade escolar como um todo.

Passando, em seguida, à observação do gráfico correspondente às atividades do objetivo 3, direcionado para a educação não formal³⁴:



Mantém-se a observação da especialização de algumas entidades, sendo o público marcado pela missão das próprias instituições.

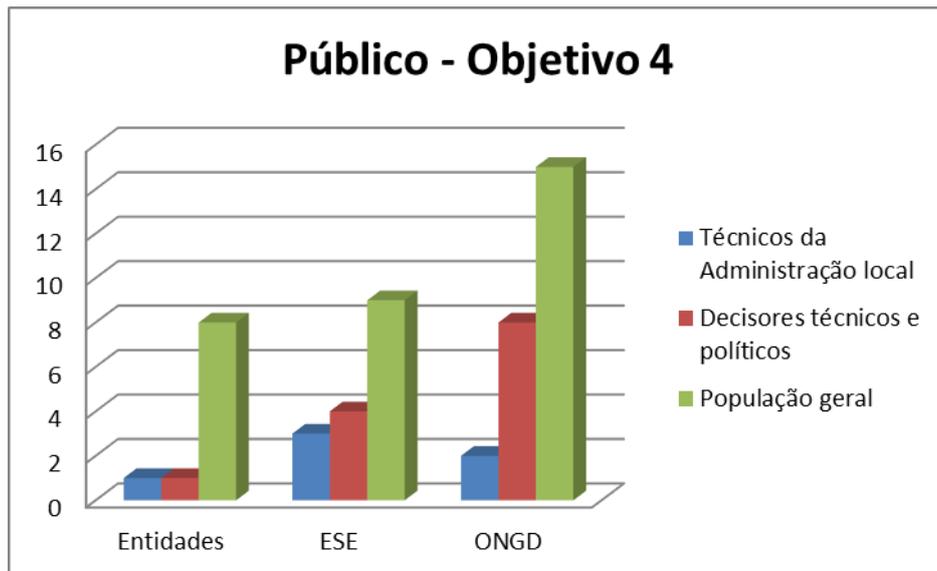
Verifica-se o crescimento do número de referências aos públicos, em geral, para este objetivo.

De realçar a relevância dos “agentes educativos” e dos “estudantes”, sendo, nos três tipos de entidades, os públicos mais referidos (o que para as entidades subscritoras do PA da ENED é uma situação nova) e o quase desaparecimento das referências às “comunidades religiosas”.

³⁴ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

De salientar:

- o aumento significativo da categoria “agentes educativos” nas ESPA ENED;
- a diversificação de públicos apresentados pelas ESE;
- a diminuição acentuada da categoria “comunicação social” nas ONGD.



Tenha-se em atenção, agora, os públicos do objetivo 4³⁵:

Este objetivo, como referido, prende-se com duas áreas principais – a sensibilização e a influência política, portanto, é de esperar que se encontrem categorias de públicos que entronquem nestas duas áreas, como a população em geral, pessoal técnico da administração local e indivíduos em cargos de tomada de decisão técnica e política.

Assim, mantêm-se as tendências verificadas nos relatórios anteriores: a “população geral” é o público com mais referências nos três tipos de atores, sendo visível uma maior diversificação dos públicos das ESE.

Parece possível concluir-se que o contributo das ESPA ENED para o objetivo 4 não é muito expressivo e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral.

Uma vez que existia a possibilidade de escolha da opção “Outros”, seguida da sua identificação, apresenta-se a lista destes outros públicos identificados:

³⁵ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

- Agentes da Guarda Nacional Republicana, da Marinha e da Polícia de Segurança Pública
- Alunos/as do pré-escolar
- Associações Juvenis
- Atores Institucionais
- Bibliotecários
- Comunidades de etnia cigana
- Educadores sociais e futuros educadores sociais
- Futuros professores e educadores de infância
- Grupos Informais
- Hipermercados
- Iniciativas locais de mudança
- Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Juventudes Partidárias
- Redes e Redes de trabalho colaborativo
- Voluntários Internacionais
- ONG Ambientais
- Refugiados

Este ano a tendência de uma grande diversidade nas alternativas apresentadas mantêm-se, com 17 opções acrescentadas (14, em 2014; 7, em 2015; 20, em 2016³⁶).

³⁶ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

ENTIDADES FINANCIADORAS

A análise das entidades financiadoras também tem merecido uma análise no sentido de se perceber quem está a financiar as atividades de ED em Portugal e como isso influencia a sustentabilidade e a continuidade das mesmas.

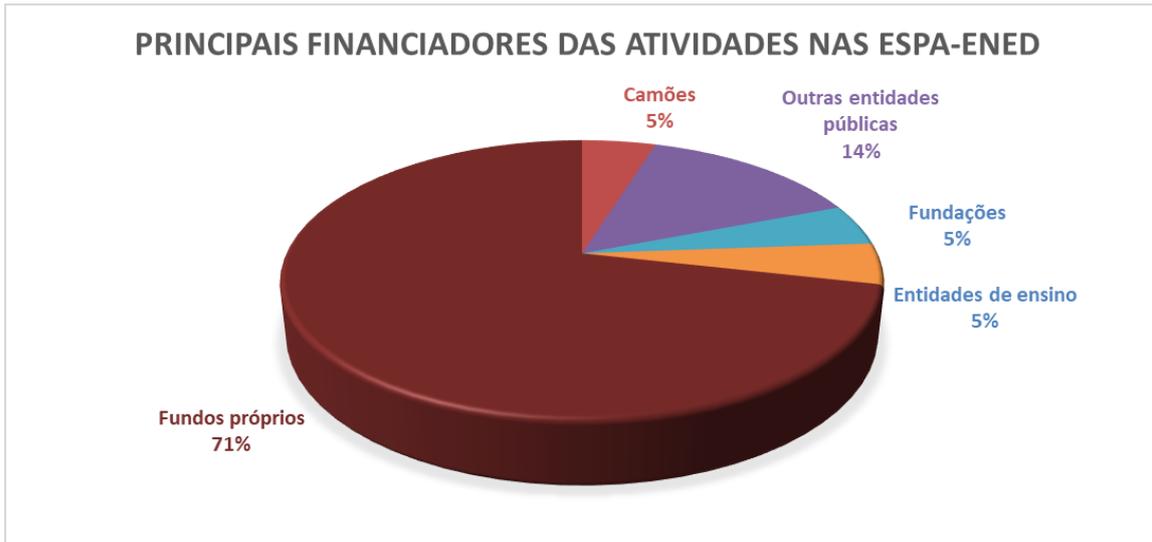
Mantiveram-se as categorias já utilizadas nos dois relatórios anteriores:

- União Europeia/Comissão Europeia/Conselho da Europa
- CICL³⁷
- Autarquias
- Outras Entidades públicas
- Fundações
- Entidades de ensino
- Entidades privadas com fins lucrativos
- Fundos próprios
- Outros de carácter Nacional
- Outros de carácter Internacional

De salientar, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma.

Note-se ainda que as percentagens apresentadas nestes gráficos não se referem ao volume de financiamento, mas ao número de vezes que estas entidades são referenciadas como financiadoras das atividades reportadas nos inquéritos preenchidos pelas entidades.

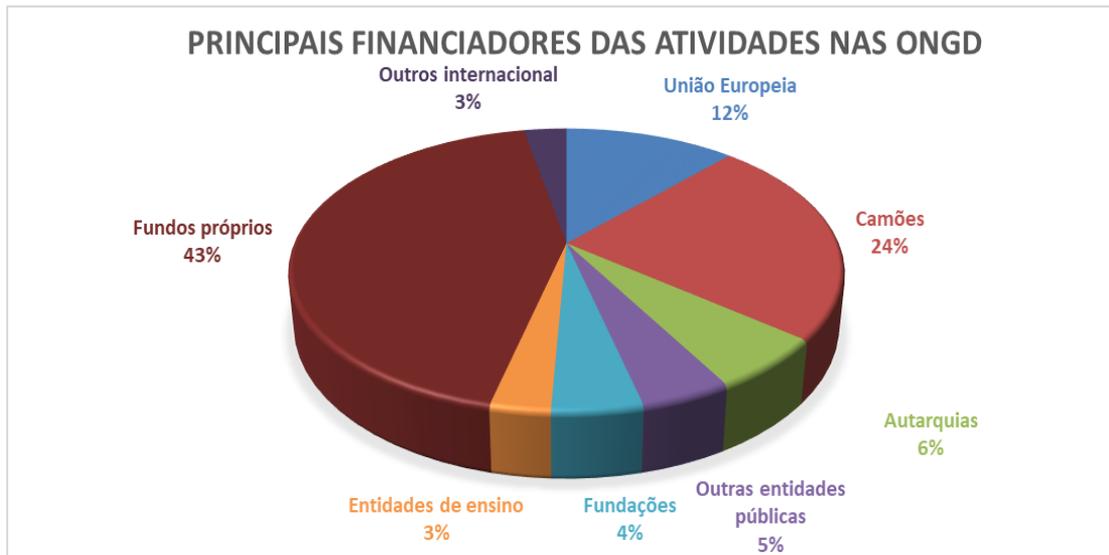
³⁷ O CICL, um dos elementos da Comissão de Acompanhamento, teve, ao longo do ano de 2017, um papel fundamental como financiador de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento. De realçar que o próprio Instituto procura integrar a ENED no seu modo de financiamento ao pedir que, nas candidaturas, as ONGD indiquem já os objetivos para as quais se propõem concorrer. Ver Anexo 3.



Face ao ano anterior³⁸:

- mantém-se a grande predominância dos valores de “fundos próprios”, com 71% (em 2016 era de 65%). No entanto, é importante recordar que, como algumas destas entidades são públicas, têm um orçamento específico decorrente do Orçamento de Estado;
- verifica-se a nomeação de “Outras Entidades Públicas” (nomeadamente o Ministério da Educação);
- assiste-se ao desaparecimento das referências às Autarquias e ao “Outros Internacional” e ao surgimento das Fundações (Fundação Charles Leopold Meyer) e das Entidades de Ensino (Agrupamento de Escolas de Miraflores), cada uma com uma referência;
- CICL vê o seu número de referências diminuir de 15% para 5%.

³⁸ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

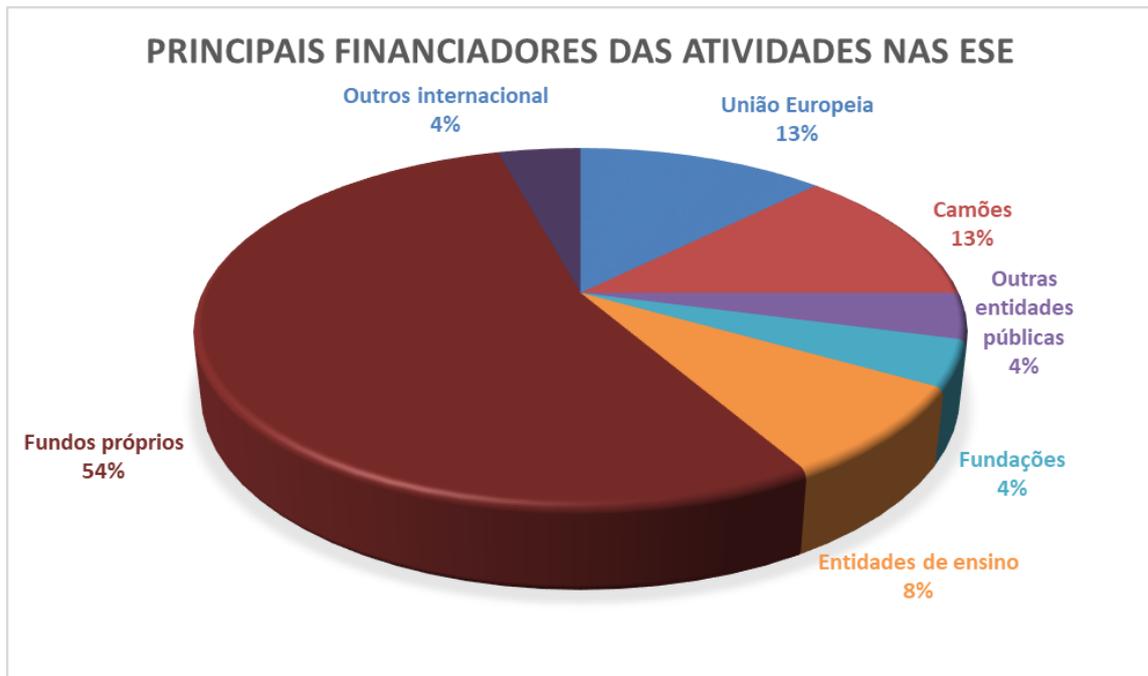


Assim, em 2017³⁹, para as ONGD, mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios”, dentro dos valores dos apresentados nos últimos anos (de 43%, em 2015, 37% em 2016), o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Esta preponderância das referências aos “fundos próprios” verificou-se em todos os relatórios de acompanhamento. Talvez seja importante lembrar que os principais financiadores assumem uma política de cofinanciamento, o que força as entidades a procurarem outras fontes de financiamento e, muitas vezes, a utilizarem os seus fundos próprios.

Convém ainda destacar, para as ONGD, o papel preponderante do CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente (25%), e a União Europeia (12%), com números muito próximos dos apontados no relatório anterior.

O valor atribuído às Autarquias (6%), Fundações (5%), a “Outras Entidades Públicas” (5%), às Entidades de Ensino (3%) e aos “Outros Internacional”, ainda se destaca. Como Autarquias são identificadas as Câmaras Municipais de Cascais, de Lisboa e de Santa Maria da Feira; como Fundações, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Montepio; como “Outras Entidades Públicas” é referido o IPDJ; como Entidades de Ensino, a Reitoria da Universidade do Porto; como “Outros Internacional”, a CIDSE (*Coopération Internationale pour le Développement et la Solidarité*) e a FACSI (*Fundus Apostolicus et caritativus Societatis Iesu*).

³⁹ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.



As ESE, enquanto entidades públicas com financiamento próprio (algum do qual vindo do orçamento de Estado), mantêm o seu caráter particular⁴⁰, apesar de grandes alterações quer nos valores quer na diversificação de entidades financiadoras.

Assim, apesar de se verificar a grande predominância dos “fundos próprios”, estes passam de 80% para 54%. Seguem-se, já com alguma expressividade, o CICL e a União Europeia, ambos com 13% de referências, e “Entidades de Ensino”, com 8%.

Verifica-se ainda uma referência a cada uma das seguintes categorias: “Outros Internacional”, “Fundações” (Fundação Ciência e Tecnologia) e “Outras Entidades Públicas”.

⁴⁰ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

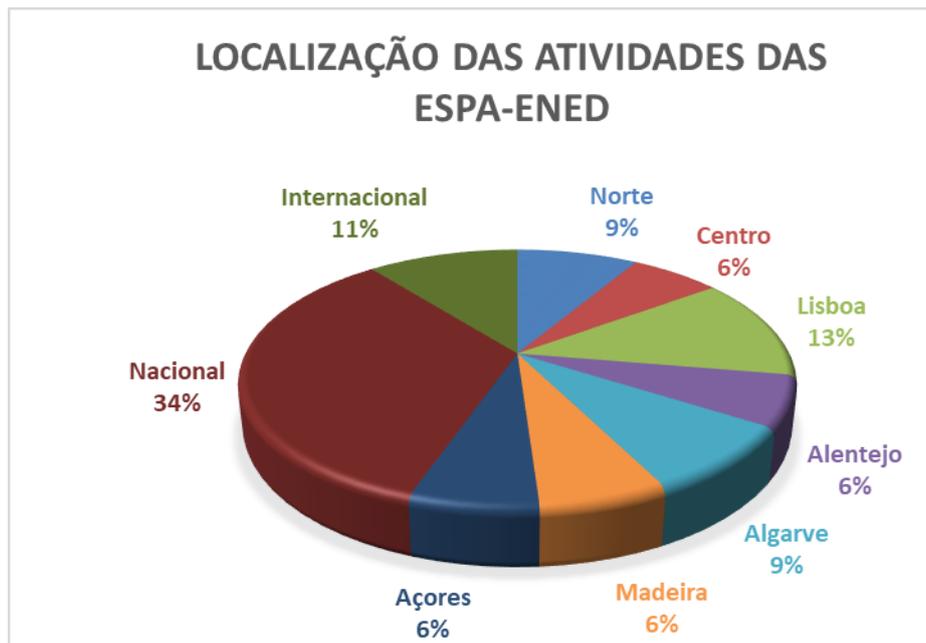
COBERTURA GEOGRÁFICA

Para a análise da distribuição geográfica das atividades/projetos reportados, manteve-se o critério estabelecido nos relatórios anteriores da classificação geográfica assente na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, conhecida como NUTS de nível II⁴¹.

Para além das categorias Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, mantiveram-se ainda as Nacional e Internacional.

Na análise dos dados considera-se ser importante, a exemplo dos relatórios anteriores, observá-los por tipo de instituição, separadamente.

Comece-se, então, com a leitura dos dados relativos às atividades promovidas pelas entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED⁴²:



⁴¹ Esta classificação divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003, em sub-regiões de três níveis. Para o relatório achou-se por bem utilizar as sub-regiões definidas no segundo nível (NUTS II), que comportam as seguintes regiões: Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

⁴² Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

Da observação do gráfico pode salientar-se que, apesar da concentração da localização física da sede de grande parte das ESPA-ENED na cidade capital, verificam-se referências a todas as regiões do território nacional:

- as atividades de abrangência nacional mantêm-se como as mais expressivas, com 34% (em 2016 foi de 35%);
- apesar de Lisboa se manter como segunda área mais referenciada, passa de 29% para 13%. É de salientar que estas duas áreas, juntas, perfazem quase 65% das referências;
- seguidamente, é possível encontrar a categoria internacional, que aumenta de 6% para 11% de referências;
- por fim, e de forma similar ao relatório anterior, surgem as restantes regiões – o Algarve e o Norte, com 9% de referências cada um (4, em valores absolutos) e os Açores, o Alentejo, o Centro e a Madeira, com 6% (3, em valores absolutos).



Da análise do gráfico dos dados recolhidos junto das ONGD⁴³, é possível observar:

- o papel ainda muito central de Lisboa como região de concentração de atividades - 29% das atividades/projetos -, facto que não é de admirar tendo em conta a

⁴³ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

localização da sede das ONGD participantes no nosso relatório e que sai reforçado neste relatório;

- o carácter nacional das atividades (desce de 35% para 23%), seja através de campanhas de sensibilização nacionais, seja pela seleção dos públicos-alvo, sobretudo escolas e autarquias, com dispersão geográfica por todo o território, e o carácter significativo das atividades internacionais (passa de 23% para 22%). Importa salientar que o número muito significativo destas categorias pode prender-se com o facto de muitas das atividades, apesar de se localizarem fisicamente num só local, pretenderem abranger públicos de todo o país ou mesmo internacionalmente;
- das outras regiões indicadas pelas ONGD, mostrando já alguma dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se uma predominância da zona Norte, com 10% das referências, seguida pelo Alentejo, com 7%, pelo Centro, com 6% e pelo Algarve, com 3% (região ausente do relatório anterior, na tipologia das ONGD);
- a ausência de valores relativos às Regiões Autónomas, como tem vindo a ser habitual.



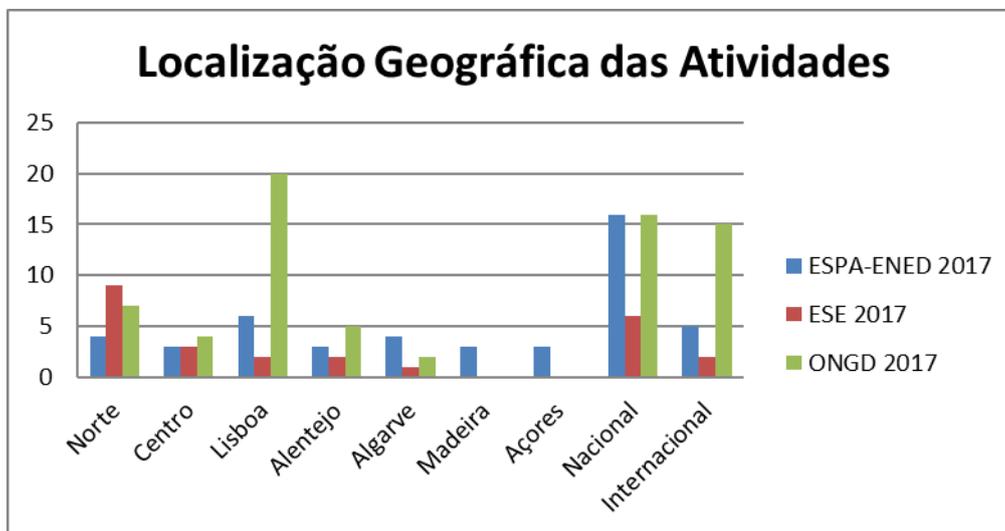
Observando o gráfico correspondente aos dados recolhidos junto das ESE⁴⁴, verifica-se que esta categoria apresenta uma distribuição dos dados mais dispersa, geograficamente, uma vez que as ESE respondentes se encontram distribuídas pelo

⁴⁴ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

território nacional – ESE Bragança, Porto e Viana do Castelo, na região Norte; ESE Castelo Branco e de Leiria, na região Centro; ESE de Beja, Portalegre e Santarém, na região Alentejo; e ESE Algarve, na região com o mesmo nome.

Assim, a região Norte mantém a sua preponderância (36%), seguida, a grande distância pela região Centro (12%), Alentejo e Lisboa (8%) e pelo Algarve, presente pela primeira vez nestes relatórios, com 4%. De salientar que estas percentagens estão diretamente ligadas à proveniência geográfica das instituições de ensino superior acima mencionadas.

De salientar os valores expressivos das referências às categorias nacional (a segunda mais referida – 24%) e internacional (8%), ambas perfazendo 32% do valor total.



Por último, este gráfico permite ter uma visão global da distribuição total das atividades, por unidade territorial, sendo possível comparar os três tipos de instituições (10 ESPA, 9 ESE e 18 ONGD)⁴⁵.

⁴⁵ Para uma leitura comparativa com o ano anterior, consultar o Relatório de Acompanhamento 2016.

(nomeadamente das ESPA e das ESE) sobre o entendimento do que se denomina “projeto ED” no presente relatório.

▪ **Tipologia de atividades**

- Ao nível da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores, as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (é de salientar também que é a tipologia de atores mais numerosa), nomeadamente no que se refere ao número de projetos de ED.

- Foi reportada a existência de 37 projetos de ED (menos 6 do que no ano anterior), 27 nas ONGD, 3 nas ESE e 7 nas entidades subscritoras do PA da ENED. É importante sublinhar a importância dos projetos face às outras tipologias, uma vez que cada um dos projetos engloba uma grande multiplicidade de atividades, estruturadas e continuadas no tempo. Em 2017, assim como em 2016, os projetos de ED são a tipologia de atividade com maior número de reportes.

- O número de atividade de ED inseridas noutra tipo de projetos perdeu expressividade (7 no total das instituições) sendo, no entanto, importante o número de atividades reportadas como não inseridas em qualquer tipo de projeto (36 no total, apenas 1 menos do que os projetos de ED).

▪ **Cobertura dos Objetivos**

- Na distribuição das respostas por objetivo, verificou-se a manutenção do objetivo 2 como o objetivo mais coberto, sendo seguido pelo objetivo 1, a exemplo do relatório do ano anterior; o objetivo 3 e o 4 apresentam-se com um número muito próximo de respostas aos questionários.

- No objetivo 1, dedicado à capacitação e diálogo institucional, pode verificar-se que se mantiveram as tendências gerais, tendo passado de 111 referências, em 2016, para 108.

As medidas que continuam menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção continuam a ser as 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED; à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED; à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre

organizações; e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. A medida 1.6 mantém-se, desde sempre, como a menos coberta deste objetivo.

De realçar, face aos anos anteriores:

- . a manutenção da importância atribuída às medidas 1.1 (ligada à formação de agentes de ED), 1.2 (criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED) e 1.7 (atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional) sendo as mais numerosas em todos os relatórios;
- . o reforço da tendência de melhoria verificada nos valores relativos às medidas 1.4 (investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED) e 1.5 (criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações) pelo seu aumento lento, mas constante.

- No objetivo 2, dedicado à educação formal, há a salientar uma viragem na tendência verificada no último relatório consubstanciada no aumento dos valores absolutos gerais nas referências – de 102, em 2016, para 132, no presente relatório, mais trinta. No entanto, pode verificar-se as principais tendências registadas, como a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1 (integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente) e 2.5 (promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul).

No entanto, há outros aspetos a sublinhar:

- . a estabilização da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes, possível de justificar por uma estabilização no número de Escolas Superiores de Educação envolvidas no processo de recolha de dados;
- . o aumento da medida 2.4, formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas, que quase duplicou no ano de 2017 face a 2016, talvez como resultado de uma aposta maior na formação contínua de professores relacionada com a implementação do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*;

. a manutenção da medida 2.5 como medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2017, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior, apesar dos lentos avanços que se vão verificando.

- No objetivo 3, dedicado à educação não formal, no presente relatório, verificou-se a tendência do relatório do ano anterior, ou seja, manteve-se a acentuada diminuição das referências, ao nível das medidas, que fez com que passassem de 111, em 2015, para 58, 2016, e 57, em 2017, ano em que este objetivo apresentou resultados mais baixos. É ainda interessante verificar que as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas quase se mantêm:

. a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, como nos relatórios precedentes;

. a medida 3.3, formação de agentes de ED, mantém o seu lugar de segunda mais coberta, sendo, agora seguida pela medida 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional, e que sofre um aumento de referências;

. as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apesar de serem as únicas com um aumento do número de referências, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo, tendo-se trocado de lugar, estando agora com menor representatividade a medida 3.4.

- O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Os dados relativos a 2017 permitem-nos registar:

. um ligeiro aumento do número de referências às medidas do objetivo 4, de 60 (em 2016) para 68, contrariando-se, ainda que ligeiramente, a tendência de retração verificada nos relatórios anteriores;

. nas medidas dedicadas à sensibilização, assiste-se à manutenção da grande preponderância da medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, neste momento a medida mais coberta deste objetivo; e da medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, tendo esta perdido a

Desenvolvimento; Voluntariado, referida 2 vezes; Voluntariado Internacional; Voluntariado para a Ajuda Humanitária).

- **Parcerias:** observou-se a mesma tendência da prática generalizada de trabalho em parceria verificando-se valores dentro da média dos anos anteriores - 77% projetos realizados em parceria (o relatório do ano anterior apresentava uma percentagem de 80%).

- **Públicos:** relevância dos seguintes públicos:

- Objetivo 1 – Entidades públicas e OSC.
- Objetivo 2 – Professores, alunos de três níveis de ensino (básico, secundário e superior) e comunidade escolar;
- Objetivo 3 – Estudantes, comunicação social e agentes educativos;
- Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Assinale-se que esta categorização não tem a ver com o número absoluto de públicos destinatários, mas com a frequência de referência aos tipos de público antes identificados.

De salientar, para cada objetivo:

. 1, nas entidades subscritoras do PA da ENED, uma redução significativa dos valores referente às “OSC” e o valor pouco representativo dos “Investigadores” e dos “Técnicos de Desenvolvimento”, bem como do “Setor Privado”; nas ESE, a manutenção das tendências verificadas no ano anterior, com a completa ausência do “Setor Privado”; o peso significativo dos valores relativos às ONGD, com um aumento significativo no “Entidades Públicas” e “OSC”, passando estas últimas a liderar os públicos das ONGD. Ainda digna de nota apresenta-se a diminuição da categoria “Jovens”, que perde a posição cimeira do relatório anterior, dos “Investigadores”, dos “Técnicos de Desenvolvimento” e do “Setor Privado”. É importante reportar a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil.

. 2, o aumento das referências a atividades realizadas pelas entidades. De concluir, o aumento das referências ligadas a alunos e alunas e à comunidade escolar como um todo; o alargamento das referências relativas às ESE, confirmando-se as tendências que já vêm desde 2012: os/as estudantes do ensino superior como público de eleição e os docentes como público de eleição; as ONGD mantêm-se como principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma

população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades). De sublinhar que se verifica um panorama muito idêntico ao ano anterior – a sua aposta forte na formação de docentes (público que se destaca), os alunos e alunas do ensino básico e a presença significativa de uma abordagem a toda a comunidade escolar. Importa referir a importância que transparece, nos três tipos de entidades, relativa ao trabalho com docentes e à comunidade escolar como um todo.

. 3, verifica-se o crescimento do número de referências aos públicos, em geral, para este objetivo. De realçar: a relevância dos “agentes educativos” e dos “estudantes”, sendo, nos três tipos de entidades, os públicos mais referidos (o que para as entidades subscritoras do PA da ENED é uma situação nova) e o quase desaparecimento das referências às “comunidades religiosas”; o aumento significativo da categoria “agentes educativos” nas ESPA ENED; a diversificação de públicos apresentados pelas ESE; a diminuição acentuada da categoria “comunicação social” nas ONGD.

. 4, mantêm-se as tendências verificadas nos relatórios anteriores: a “população geral” é o público com mais referências nos três tipos de atores, sendo visível uma maior diversificação dos públicos das ESE. Parece possível concluir-se que o contributo das ESPA ENED para o objetivo 4 não é muito expressivo e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral.

Este ano a tendência de uma grande diversidade nas alternativas apresentadas mantém-se, com 17 opções acrescentadas (14, em 2014; 7 em 2015; 20 em 2016).

- **Entidades financiadoras:** verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as Autarquias, as Fundações, as Entidades de Ensino, “Outras Entidades Públicas” e “Outros Nacional”. Note-se que as percentagens não dizem respeito ao volume de financiamento, mas à frequência de referenciação das entidades financiadoras.

- **Cobertura geográfica:** de uma forma geral, verifica-se que a distribuição geográfica das atividades se encontra muito relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância da Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar, no entanto, as referências às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve mostrando já alguma presença de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo. Os valores relativos às Regiões Autónomas mantêm-se com níveis bastante reduzidos. Nos dados recolhidos junto das ESE observa-se uma melhor distribuição dos dados, geograficamente, uma vez que as ESE são uma tipologia de atores melhor distribuída pelo território nacional. Verifica-se, no entanto, uma maior concentração de dados da região Norte. Saliencia-se, em geral, o valor significativo das atividades integradas nas categorias “nacional”.

▪ **Conclusões gerais**

- Este ano, por falta do processo de Planificação de atividades para 2017, não se pode realizar a comparação entre as atividades previstas e as atividades efetivamente realizadas.

- Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levadas a cabo, durante o ano de 2017: um relatório de acompanhamento (2016), um encontro entre todas as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, 10 reuniões da Comissão de Acompanhamento e quatro oficinas de preparação do novo documento enquadrador nas quais participaram diversas entidades convidadas pela mesma comissão.

G – ANEXOS

- 1 - Termos de referência do próprio relatório
- 2 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão
- 3 - Projetos aprovados na linha de financiamento de ED do CICL, em 2017
- 4 - Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED
- 5 - Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

ANEXO 1

**Termos de Referência
Relatório de Acompanhamento da ENED - 2017**

1. Enquadramento

Em 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. A 22 de abril de 2010, o respetivo Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração:

- IPAD (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua);
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (atual DGE - Direção-Geral da Educação);
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (atual Alto Comissariado para as Migrações);
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Comissão Nacional Justiça e Paz;
- Comissão Nacional da UNESCO;
- Conselho Nacional da Juventude;
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- IPJ - Instituto Português da Juventude (atual Instituto Português do Desporto e Juventude).

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

ANEXO 2

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Comissão de Acompanhamento – GT1	Enviam
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	Respondem enquanto financiador
CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Respondem enquanto ONGD
Direção-Geral da Educação	X
Plataforma Portuguesa das ONGD	X

Instituições Públicas	Não respondem	Respondem que não têm	Enviam
APA – Agência Portuguesa do Ambiente			X
ACM – Alto Comissariado para as Migrações		X	
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género			X
Comissão Nacional da UNESCO			X
Instituto Português do Desporto e da Juventude	X		
Organizações da Sociedade Civil	Não respondem	Respondem que não têm	Enviam
APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural			X
ARPESE			X
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (DELEGOU NA ASPEA)			X
Comissão Nacional Justiça e Paz		X	
Conselho Nacional da Juventude	X		

Escolas Superiores de Educação	Respondem que não têm	Enviam
Instituto Politécnico da Bragança		X
Instituto Politécnico de Beja		X
Instituto Politécnico de Castelo Branco		X
Instituto Politécnico de Leiria		X
Instituto Politécnico de Portalegre		X
Instituto Politécnico do Porto		X
Instituto Politécnico de Santarém		X
Instituto Politécnico de Setúbal	X	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo		X
Universidade do Algarve		X

ONGD CONTACTADAS – RELATÓRIO 2017	RECOLHA DE DADOS		
	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviam
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	X		
2. ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos			X
3. ADIRN	X		
4. ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola			X
5. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência	X		
6. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global			X
7. AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	X		
8. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X		
9. APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	X		
10. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento		X	
11. APF - Associação para o Planeamento da Família	X		
12. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
13. ATA - Associação Tropical Agrária	X		
14. Atlas - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
15. CARITAS PORTUGUESA	X		
16. CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto			X
17. CHAPITÔ	X		
18. CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral			X
19. Conceitos do Mundo	X		
20. CPR - Conselho Português para os Refugiados			X
21. EAPN Portugal			X
22. EPAR - Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção CLR	X		
23. Equipa d'África (Associação)	X		
24. FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
25. Fundação Bomfim	X		
26. Fundação Champagnat	X		
27. Fundação Cidade de Lisboa			X
28. Fundação Gonçalo da Silveira			X
29. Fundação Teresa Regojo	X		
30. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X		
31. GRAAL - Associação de Carácter Social e Cultural	X		
32. HELPO	X		
33. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
34. Leigos Para o Desenvolvimento	X		
35. Médicos do Mundo	X		
36. Memórias e Gentes - Associação Humanitária	X		
37. Meninos do Mundo	X		
38. MSH - Missão Saúde para a Humanidade	X		
39. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE			X
40. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários		X	
41. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	X		
42. OMAS - Leigos da Boa Nova	X		

ANEXO 3

**Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2017,
na linha de financiamento do CICL para projetos de ED**

ONGD	Projeto	Medidas ENED
ACEP	Cooperação e desenvolvimento: novos desafios, visões partilhadas	3.2; 3.4; 3.5; 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.8
AIDGLOBAL	Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global	1.2; 1.3; 1.4; 2.2; 2.3; 2.4
AIDGLOBAL	Os Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global	4.4.1; 4.5.1; 4.6.1; 1.4.1; 3.2.2
CEAUP	SINERGIAS ED: fortalecer a ligação entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal	1.1.1;1.1.2;1.1.3;1.2.1;1.2.2;1.3.2;1.4.1;1.5.1;1.7.1;1.7.2;2.2.1;2.5.1;3.2.1;3.3.1;3.3.3;3.5.1
CIDAC	Comércio Justo em Portugal: Conhecer, Compreender, Problematizar	4.1; 4.2; 4.3
CIDAC	Desafios Globais: Reforçar a Educação para a Cidadania Global (ECG) em Meio Escolar para Responder aos Desafios da Atualidade	2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6; 1.2; 1.4; 1.7
CIDAC	Jovens Embaixadores do Comércio Justo	2.6; 2.3; 2.2
CPR	À procura de um abrigo: sensibilização sobre migrações e desenvolvimento no 1º ciclo do ensino básico	2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 4.1
FCLx	Dicionário do Desenvolvimento - Tod@s contam para a Cidadania Global	1.2.1;1.3.1;2.2.2;2.3.1;2.6.1;3.2.2;4.1.1; 4.1.2
FEC	Coerencia.pt: o eixo do desenvolvimento mais justo, mais digno, mais sustentável	1.6.1; 1.7.2; 4.4.1; 4.2.1; 4.3.2; 4.5.2; 4.7.1; 4.8.1
FEC	Juntos pela mudança: ação conjunta por estilos de vida sustentáveis	2.2.2;2.6.1;4.1.1;4.2.1;4.4; 4.5.1;4.8.1
FEC	O Mundo à Mesa	2.3.1; 2.6.1; 4.4.1; 4.1.2; 4.3.2; 4.5.1; 4.6.1; 4.8.1
FGS	Alternativas: experiências locais para uma transformação global	1.1; 1.2; 1.4; 1.5; 1.7; 3.2; 3.3; 3.4
FGS	Uma Ca(u)sa Comum: Educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral	1.1.2; 1.1.3; 1.2.1; 1.2.2; 1.5.1; 1.7.1; 1.7.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.6.1; 3.2.1; 3.4.1; 4.2.1; 4.5.1; 4.5.2

IMVF	Economia Social e Solidária - Uma abordagem para o Desenvolvimento Sustentável no Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED) e pós-2015	1.1.3; 1.2.1; 4.3.2; 4.4.1; 4.5.1; 4.7.1
IMVF	Fruta Tropical Justa - Promover as frutas tropicais justas no Ano Europeu para o Desenvolvimento e pós-2015: Mobilizar os cidadãos europeus para agirem em prol de cadeias de fornecimento de fruta tropical mais justas	4.2.1; 4.6.1 ; 4.7.1
MONTE	Education for GloCal Issues	2.2.2; 2.4.1; 3.2.1
OIKOS	Kits ODS - Transformando o mundo	2.2.1; 2.6.1
PAR	Coordenadas para a Cidadania Global – Ver, Agir e Transformar!	3.1.1; 3.2.1; 3.2.2; 3.3.1; 3.3.2; 3.3.3; 3.4.1; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3

- Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

- Apresentação da ENED no quadro de programa de intercâmbio com o Chile (28-30 de março).

- Cooperação com Espanha

- Constituição da Rede Luso-Estremenha de Educação para o Desenvolvimento (ED), em 15-16 de março, no âmbito das I Jornadas Transfronteiriças de ED. Esta Rede integra o Camões, I.P., a Agencia Extremeña de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AEXCID), a Plataforma Portuguesa das ONGD, a Coordinadora Extremeña de ONGD e a Asociación de Universidades Populares de Extremadura (AUPEX).

▪ **Atividades não inseridas em projetos**

Nome da instituição	Descrição da Atividade
ARIFESE - Associação de reflexão e intervenção na política educativa das ESE	Participação da ARIFESE na ENED e em atividades de ED: Envolvimento da ARIFESE, por intermédio da sua direção e das ESE em atividades de ED, como sejam: Participação da ARIFESE nas reuniões das entidades que subscreveram o Plano de Ação da ENED. Participação em encontros nas ESE, sobre ED. Manutenção da ED como um eixo de intervenção no seu plano de ação.
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento.
Comissão Nacional da UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Lançamento do Kit Educativo "Educação para a Cidadania Global - escolas associadas da UNESCO e cooperação com a CPLP".
Comissão Nacional da UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros	16º Encontro da rede nacional das escolas associadas da UNESCO sob o tema "Agenda 2030 e os ODS".
Comissão Nacional da UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros	8ª edição do concurso para a rede das escolas associadas da UNESCO da CPLP.
Comissão Nacional da UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Realização do 1º Encontro da Rede das Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da UNESCO.
Comissão Nacional da UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros	I e II Encontros intercalares da rede das escolas associadas da UNESCO, INETE.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	II Encontro - A educação para o desenvolvimento nas escolas superiores de educação.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)	Participação em grupos de investigação sobre as suas temáticas de trabalho – Educação para o Desenvolvimento – em parceria com outras instituições.

OBJETIVO 2

- **Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Desafios globais: reforçar a ECG em meio escolar para responde aos contextos da atualidade	A1.1. Realização de 3 ações de formação por ano de introdução à ECG; A1.2. Realização de 1 curso de formação acreditado sobre ECG; A1.3. Elaboração e/ou adaptação de 2 recursos de ECG ligados a temas da atualidade; A1.4. Realização de 1 ação de formação por ano, a partir dos 2 recursos criados; A1.5. Realização de 1 Encontro nacional de educadores/as por ano; A1.6. Realização de 1 conferência por ano sobre ECG com educadores/as de outros contextos internacionais; A2.1. Apoio ao funcionamento da Rede ECG; A2.2. Promoção de 1 momento de reflexão crítica, por ano, a partir da experiência com educadores/as de outros contextos internacionais; A3.1. Definição de conceitos no âmbito da ECG e de Termos de Referência para o mapeamento da intervenção em ECG no meio escolar; A3.2. Realização de um mapeamento sobre a intervenção em ECG no meio escolar; A3.3. Publicação e divulgação do mapeamento, a nível nacional e internacional.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Jovens Embaixadores do Comércio Justo	A1.1 – Formações temáticas; A1.2 – Criação e dinamização de uma loja pedagógica de Comércio Justo; A.1.3 – Dinamização de eventos de sensibilização; A2.1 – Diálogo com a cooperativa peruana de produção de café CECOVASA e com os alunos e alunas do Colégio Nacional Jorge Basadre Grohmann; A2.2 – Viagem de estudo no Peru, visita à cooperativa CECOVASA e intercâmbio com o Colégio Nacional Jorge Basadre Grohmann; A2.3 – Produção de uma mala pedagógica sobre a questão dos povos indígenas; A3.1 – Intercâmbios europeus com os estabelecimentos do ensino secundário e com as organizações de Comércio Justo parceiras (França, Bélgica e Portugal); A.3.2 – Dinamização de um Clube PEJ (Parlamento Europeu dos Jovens); A.3.3 – Conferência internacional em Lisboa.
Comité Português para a UNICEF	Programa Educação pelos Direitos	Atividades com crianças e jovens: reflexão sobre cidadania ativa, valores, equidade, participação ativa e responsável e diversidade cultural; sobre os problemas que os preocupam; sobre a nova Agenda Global e a forma como as crianças podem contribuir e participar neste esforço global; Sessões de formação em exercício com os agentes educativos das instituições que trabalham diretamente com crianças; Apoio técnico no planeamento e avaliação das ações do Programa em articulação com as famílias, a comunidade e as instituições locais.
Conselho Português para os Refugiados	“À procura de um abrigo: sensibilização sobre Migrações e Desenvolvimento no 1º Ciclo do Ensino Básico”	<ul style="list-style-type: none"> - Informar e sensibilizar os estudantes e professores do 1.º Ciclo do EB para as Migrações e Desenvolvimento, particularmente as causas das deslocações forçadas e o exílio; - Tornar as crianças conscientes dos desafios da proteção dos refugiados, a importância do “abrigo” (acolhimento) e o papel de Portugal enquanto país de asilo para milhares de refugiados; - Prevenir o racismo e a xenofobia, ao promover uma cultura de paz, de solidariedade e o respeito por outros povos e culturas; - Incentivar a promoção da justiça, da liberdade e dos direitos humanos; - Dotar o 1.º Ciclo do Ensino Básico de materiais educativos específicos sobre Migrações e Desenvolvimento e capacitar os

		professores para que os possam dinamizar mesmo após o fim do projeto.
Direção-Geral da Educação	Programa de Atividades integrado no Contrato-Programa entre DGE, Camões-ICL, CIDAC e Fundação Gonçalo da Silveira	<p>. Publicação do <i>Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário</i>;</p> <p>. Sessão de Apresentação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário;</p> <p>. Divulgação Web, bem como junto dos estabelecimentos de educação e ensino, do Referencial de Educação para o Desenvolvimento, de projetos e outras iniciativas de Educação para o Desenvolvimento;</p> <p>. Solicitação de acreditação de uma ação de formação contínua de docentes sobre Educação para o Desenvolvimento.</p>
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)	Global Schools: EYD 2015 to embed Global Learning in primary education	<p>A1.1.1: Estabelecimento de Grupos de Coordenação em cada país (<i>Steering Committees</i>); A1.1.2: Estabelecimento de um Grupo de Coordenação Internacional (<i>International Steering Committee</i>); A1.1.3: Participação em Seminários da linha <i>EuropeAid</i>; A1.2.1: Estabelecimento de um grupo de especialistas em ED a nível local; A1.2.2: Estabelecimento de um grupo científico internacional; A1.3.1: Investigação comparativa e qualitativa sobre práticas na formação de professores; A1.4.1 Seminário Internacional sobre o Ano Europeu do Desenvolvimento 2015 para Autoridades Locais; A1.4.2 Formação decisores políticos e técnicos a nível local; A2.1.1 Pesquisa, elaboração, revisão/monitorização e publicação de recursos educativos em 9 línguas; A2.2.1 Formação inicial e contínua de professores através de cursos introdutórios, avançados e formação de pares; A2.2.2 Programa europeu de intercâmbio articulado em visitas de estudo recíprocas (países organizados em pares); A2.2.3 Seminário internacional para partilha de boas práticas na formação de professores em ED e no ensino da ED; 2.3.1 Formação para organizações da sociedade civil em temáticas e metodologias de ED; A3.1.1: Organização de “mesas redondas” nacionais envolvendo múltiplos parceiros; A3.1.2: Organização de eventos nas escolas (AED 2015 e pós-2015) - workshops, dias escolares, dias “portas abertas” sobre ED; A3.2.1 Participação na e Expo 2015 e outros eventos de relevo; A4.1.1 Apresentação de resultados às Autoridades locais e nacionais de Educação através de encontros regulares e de documentos de trabalho; A4.1.2 Organização de 10 seminários nacionais no final do projeto, destinados a autoridades locais e nacionais, escolas de formação de professores, universidades, escolas, professores e atores não estatais envolvidos nas atividades escolares; A4.1.3 Organização de 1 Conferência Internacional destinada a autoridades locais e nacionais, escolas de formação de professores, universidades, escolas, professores e atores não estatais envolvidos nas atividades escolares; A4.1.4 Participação em eventos nacionais e europeus organizados por atores chave em ED; A4.2.1 Criação de um site dedicado ao projeto; A4.2.2 Disseminação através dos sites dos parceiros e de ferramentas <i>online</i>.</p>
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)	Get up and Goals! Global education time: an international network of learning and active schools for SDGs	<p>A0.1- Establishment of a steering committee for the overall coordination. A0.2 - Realization and implementation of a project website. A0.3 - Visibility actions. A0.4 – External/internal evaluations. A1.1.1 - Realization of a European-wide sensitization campaign through the web, social media and YouTube, to build teacher awareness of, and committed to SDGs and GCE. A1.2.1 - 36 National teacher training sessions with GCE learning objectives, focused on SDG content and the use of TLUs. A1.2.2 -</p>

(ESE-IPS)	
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)	Mestrados da ESE-IPVC - dinamização de sessões com seminários na área da Educação para o Desenvolvimento Inserção da ED noutras Unidades Curriculares.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)	Trabalho de integração curricular sobre a temática do género, em colaboração com a Associação Ao Norte e a ONGD Graal (trabalho colaborativo no âmbito do projeto Sinergias ED).
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Sessões "Direitos a Valer" sobre Direitos da Criança em Portugal e na Guiné-Bissau com crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Sessão de Informação sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano	Ciclo de <i>Workshops</i> sobre Cidadania Global - conjunto de workshops de Cidadania Global ao longo do ano letivo de 2016/2017. Os <i>workshops</i> foram enquadrados no âmbito das disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica e Educação para a Cidadania e o tema de cada um deles foi definido em função do programa curricular de cada um das disciplinas.

